

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ROSIANE BANDEIRA REIS

CRECHE-ESCOLA

A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

São Luís
2007

ROSIANE BANDEIRA REIS

CRECHE-ESCOLA

A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Estadual do Maranhão como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Arquiteta e Urbanista

Orientadora: Prof^a Andréa Duailibe

São Luís

2007

ROSIANE BANDEIRA REIS

CRECHE-ESCOLA

A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista

Aprovada em: ___/___/___ .

BANCA EXAMINADORA

Profº Arq.: Andréa Cristina Cordeiro Duailibe (Orientadora)

Prof Arq.: Flávio Moraes Rêgo Salomão (Examinador Interno)

Prof Arq.: José Nataniel Salles Neto (Examinador Externo)

Á minha querida mãe, Neide Bandeira;

*Á minha filha, Helena, que possibilitou a deliciosa
descoberta das minúcias de seu mundo infantil.*

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial, à Delvan Ribeiro, Rosenilde Reis e Ana Carolina Gusmão, pelo incentivo durante a realização desse trabalho;

Ao Sr. Jeilson de Jesus Alves Soares, presidente da Associação dos Moradores do Bairro da Liberdade, pela receptividade e colaboração;

À Glorinilse de Jesus Ribeiro, pela colaboração durante a procura pelo Terreno;

À Vanderley Pereira de Andrade Júnior, pelo auxílio no Levantamento de Medidas do Terreno;

Ao Senhor João Nogueira pelos esclarecimentos sobre o funcionamento da Instituição Unidade Integrada Severiano de Sousa Lima;

A Edelcy Araújo, Leticie Ayres, Glorilene de Jesus Pinheiro, que nas horas de maior apreensão me passaram tranqüilidade;

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão desse Trabalho Final de Graduação.

*“Vamos fazer nosso dever de casa, e aí então vocês vão ver,
suas crianças derrubando reis, fazer comédia no cinema com as
suas leis”.*

Renato Russo

LISTA DE SIGLAS

- ONU** - Organização das Nações Unidas
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PCNs** - Parâmetros Curriculares Nacionais
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDE** - Índice de Desenvolvimento da Educação
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- SAEB** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
- ENEM** - Exame Nacional do Ensino Médio
- CLT** - Consolidação das Leis de Trabalho
- PPNE** - Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	p.
Figura 01 – Creche Olhar de Maria: Fachada Principal, Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007	51
Figura 02 – Creche Olhar de Maria: Turma maternal, alunos de dois a três anos de idade, Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007	51
Figura 03 – CEB Paulo Freire: Turma maternal: alunos de três a quatro anos de idade, Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007	53
Figura 04 – CEB Paulo Freire: Turma pré-escolar, alunos de quatro a cinco anos de idade, Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007	53
Figura 05 – Colégio Literato: Turma maternal, alunos de três a quatro anos de idade, Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007	54
Figura 06 – Colégio Literato: Playground, Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007	55
Figura 07 - O Bairro da Liberdade em 1976, Fonte: Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro	57
Figura 08 - O Bairro da Liberdade em 2007	58
Figura 09 - Instituições de Ensino existentes do bairro da Liberdade	60
Figura 10 - Terreno original, Incorporações Vizinhas e Entorno	64
Figura 11 - Área para Implantação do AnteProjeto	65
Figura 12 - Área para Implantação do AnteProjeto	65
Figura 13 - Terreno original e Incorporações Vizinhas	66
Figura 14 - Terreno para implantação do Anteprojeto da Creche-Escola	66
Figura 15 - Fluxograma Geral_Pavimento Térreo	73
Figura 16 - Fluxograma Geral_Pavimento Superior	73

LISTA DE GRÁFICOS

	p.
Gráfico 1 – Atividades exercidas pelos chefes de família (10 entrevistados)	61
Gráfico 2 – Renda Familiar Mensal em salários mínimos	61
Gráfico 3 – Quantidade de pessoas por residência (10 residências)	62
Gráfico 4 - Quantidade de crianças por faixa etária	62
Gráfico 5 - Com quem os pais deixam seus filhos quando saem de casa	63
Gráfico 6 – Índice de Aceitação de Implantação da Creche-escola	63

LISTA DE TABELAS

	p.
Tabela 01 - Organização do ensino fundamental de nove anos e da Educação Infantil	31
Tabela 02 - Diferenças Conceituais entre uma Creche e uma Pré-escola	34
Tabela 03 - Afastamentos e número de pavimentos nas ZIS1	67
Tabela 04 - Macrozoneamento Urbano de São Luís	69
Tabela 05 - Capacidade de Atendimento	70
Tabela 06 - Número de Funcionários	70
Tabela 07 - Pré-dimensionamento das Salas de Atividades	71
Tabela 08 - Programa de Necessidades	71

RESUMO

Anteprojeto de uma unidade de Creche-escola pública para crianças de dois a dez anos de idade, localizada no Bairro da Liberdade, São Luís/MA. Apresenta um breve histórico sobre a Educação para Crianças, o surgimento das creches e escolas no Brasil e no mundo e toda a base teórica para implantação arquitetônica da Instituição, baseando-se em referências bibliográficas, legislações vigentes, relatórios das visitas técnicas às instituições similares e pesquisas sobre a comunidade envolvida.

Palavras-chave: Arquitetura escolar. Creche-Escola

ABSTRACT

Project about public Day-school to children from two to and ten years old in the Liberdade's neighbor in São Luís/MA. To present a short history about for Education for children, to appear Day-school and schools in Brazil and in the world, all the base theory for architectural implantation of the Institution, basing in bibliography references, effective legislations, reports of the technical visits to the similar institutions and research about the community.

Key-Words: School architecture; Day-school

SUMÁRIO

	p.
1 INTRODUÇÃO	14
2 A EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS	16
2.1 Breve Histórico da Educação para Crianças	16
3 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRIMÁRIA NO BRASIL	23
3.1 O Ensino no Período Colonial	23
3.2 O Ensino no Período Imperial	24
3.3 O Ensino no Período Republicano	25
3.4 O Nascimento da Educação Infantil no Brasil	28
3.5 A Realidade Atual da Educação Para Crianças no Brasil	30
3.5.1 Os Principais Métodos de Alfabetização do Ensino Brasileiro	32
3.6 As Diferenças Conceituais entre Creche e Pré-escola	33
3.6.1 Instituições Paralelas	34
4 LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO E INFANTIL BRASILEIROS	36
4.1 Constituição da República Federativa do Brasil – 1988	36
4.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9.495/96	36
4.3 Declaração dos Direitos da Criança da ONU (Organização das nações unidas)	37
5 DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS NO BRASIL	40
5.1 Panorama atual sobre a Educação Infantil no Brasil	40
5.2 Panorama atual sobre a Educação Infantil no Maranhão	41
6 BASE TEÓRICA PARA IMPLANTAÇÃO DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CRECHE-ESCOLA PARA CRIANÇAS DE DOIS A DEZ ANOS DE IDADE	43
6.1 A Educação Infantil	43
6.1.1 A Creche	44
6.1.2 O Pré-escolar	47
6.2 A Primeira Fase do Ensino Fundamental: da Alfabetização a 4ª série	48

7 O ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO	51
7.1 Estudo de Casos: análise de creches e escolas visitadas em São Luís	51
7.2 A comunidade potencial: o bairro da Liberdade-São Luís/MA	55
7.3 As Creches, Pré-escolas e Escolas Existentes no Bairro da Liberdade	59
7.4 Pesquisa de Campo	60
7.5 Dados Gerais Sobre o Terreno	63
7.5.1 Lei Municipal de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo	67
7.6 Programa de Necessidades	70
7.7 Fluxograma geral	73
8 PARTIDO ARQUITETÔNICO	74
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES	81

REIS, Rosiane Bandeira

Creche-Escola: a Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade. Anteprojeto de uma creche-escola pública para crianças de 02 a 10 anos de idade / Rosiane Bandeira Reis. São Luís, 2007.

86 p.:il.

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, 2007.

1. Arquitetura escolar 2. Creche-Escola I. Título

CDU 727.111

1 INTRODUÇÃO

De acordo com uma das pesquisas elaboradas pela Unesco em 2006, o Brasil ocupou o 75º lugar no ranking da educação mundial, mesmo possuindo a 14ª economia do mundo. Possui ainda, altos índices de pobreza, miséria e educação. A avaliação feita pela Unesco foi realizada em 121 países, com base no cálculo do IDE (Índice de Desenvolvimento da Educação) que é obtido pela soma de dados da alfabetização, matrícula na escola primária, qualidade na educação e paridade de gênero na escola (BARBIEIRI, 2007).

No nordeste brasileiro, de acordo com dados colhidos em 2006, pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), um a cada oito jovens são analfabetos e a taxa de analfabetismo na região gira em torno de 12,5 % , quando a média nacional é de 2,6%.

Segundo essa pesquisa, o Estado do Maranhão, um dos mais pobres dentro da Federação, possui cerca de um milhão de pessoas adultas que não sabem ler ou escrever. Além disso, o Estado possui 84 municípios entre os que tiveram os menores IDEB's (Índices de Desenvolvimento da Educação Básica) do Brasil.

O Bairro da Liberdade em São Luís, constitui-se um dos bairros periféricos mais pobres e violentos da cidade. Como exemplo, no primeiro final de semana de outubro de 2007, foram registrados quatro assassinatos, os quais deram origem a uma rivalidade interna entre criminosos de vários pontos do Bairro. Nessa época, foi necessária a intervenção da Força Tática Nacional para conter a onda de violência. O Bairro ficou sitiado durante uma semana.

Na maioria das vezes, a violência é o resultado da condição de pobreza e da falta de investimentos em Educação. A criança que não frequenta a escola ou a frequenta sem nenhum tipo de incentivo e entusiasmo, tem mais chances de abandonar o aprendizado e se tornar um adolescente infrator e daí um adulto criminoso sem condições de viver em sociedade.

Diante do exposto apresenta-se como Tema para este Trabalho Final de Graduação: "Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade".

Para que dessa forma, a arquitetura escolar contribua de forma positiva para o aspecto educacional e social do bairro.

O resultado final desse trabalho visa à estruturação física de uma Instituição Pública para crianças entre dois e dez anos de idade. O trabalho objetiva garantir que uma parcela significativa das crianças do Bairro da Liberdade adquira qualidade no aprendizado, melhores condições de continuarem sua vida escolar e maior probabilidade de tornarem-se cidadãos de fato.

O anteprojeto da creche-escola possui em anexo, uma pesquisa sucinta sobre a educação para crianças, englobando as várias fases educacionais durante a infância, passando por alguns lugares do mundo, e no Brasil principalmente. Aborda também a legislação vigente ligada ao tema, assim como toda uma base teórica para implantação arquitetônica de uma creche-escola para crianças na faixa etária citada.

2 A EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS

2.1 Breve Histórico sobre a Educação para Crianças

De acordo com a pesquisadora Rizzo (2000), por volta de 400 a.C, em Roma, registraram-se as primeiras idéias sobre Educação para Crianças. Foram encontrados documentos deixados pelo filósofo Platão que apontavam uma educação a ser realizada no lar. O preparo para o exercício futuro da cidadania e o conhecimento sobre currículo só deveria ser realizado mais tarde, aos sete anos de idade.

Na Idade Média, as crianças eram vistas como pequenos adultos e a cultura dessa época era marcada pelo desejo do amadurecimento rápido dessas crianças para então ingressarem à vida adulta. A escola era a extensão da Igreja e a Escolástica, filosofia que consistia em ensinamentos cristãos para obtenção de todas as respostas, era a única linha de pensamento permitida nessas instituições.

O modo de lidar com as crianças na idade média era baseado em alguns costumes herdados da Antigüidade. O papel das crianças era definido pelo pai. Os direitos do pai no mundo grego, além de incluir total controle sobre o filho, incluía também de tirar-lhe a vida, caso o rejeitasse. No mundo germânico, além do poder mantido pelo pai exercido no seio da família, existia o poder patriarcal, exercido pela dominação política e social. Nas sociedades antigas, o *status* da criança era nulo. Sua existência no meio social dependia totalmente da vontade do pai, podendo, no caso das deficientes e das meninas, serem mandadas para prostíbulos em lugar de serem mortas, em outros casos, (as pobres) eram abandonadas ou vendidas. Com a ascensão do cristianismo, o modo de lidar com as crianças mudou, apesar da mudança ter sido um processo lento (MONTESSORI, 2007)

Rizzo(2000) afirma ainda que, a pouca ou nenhuma atenção dada às crianças tão presente na Idade Média, possui origem na intrínseca relação com a cultura judaico-cristã, já que estas eram tidas como fruto do pecado original, sendo assim, precisavam ser batizadas e disciplinadas com castigos e humilhações para se tornarem crianças disciplinadas.

Durante a Idade Média, surgem as primeiras ‘Universitás’, Instituições voltadas ao saber, sendo elas, restritas à elite e ao Clero.

Na Idade Moderna, onde a economia baseava-se no capitalismo através do comércio, surge o Colégio, mas este era destinado apenas para meninos. Somente em fins do século XVIII, as meninas são incorporadas ao ensino, contudo,

outra marca destas novas Instituições é um outro tipo de discriminação, a social, diferenciando e isolando pobres e ricos.

Nesta época, o ensino era dividido em duas partes: o primário para as classes menos favorecidas economicamente, o qual por sua vez, era realizado por um período curto e tinha o objetivo prático de apenas formar mão-de-obra; e o ensino secundário, destinado aos mais abastados, os burgueses e aristocratas, possuindo uma longa duração, com o objetivo de formar cidadãos poderosos, eruditos e pensadores (HISTÓRIA..., 2007).

Nesse contexto, alguns autores já defendiam o ensino para todos sem distinção de classes. Esses pensadores opunham-se a educação tradicional tratada com autoritarismo e severidade.

a) João Amós Comenius (1592-1670)

Comenius reconheceu a infância como um período normal de desenvolvimento do homem e recomendava o brincar e as experiências diretas com o objeto para o aprendizado da forma. Através de sua obra Escola da Infância ele também reconheceu o valor das experiências afetivas e os interesses como aspectos que deveriam ser levados em consideração ao se planejar um currículo para crianças pequenas. Ressaltou ainda, a importância da saúde, sono, alimentação e vida ao ar livre para um crescimento completo e sadio (RIZZO, 2000).

b) Jean Jacques Rousseau (1712-1778)

Rousseau opunha-se aos dogmas da Igreja e afirmava que a criança adquire as virtudes ou defeitos humanos ao longo de seu desenvolvimento. Quebra-se assim, o mito do pecado original. “A criança nasce boa e torna-se má por influência do ambiente à sua volta; sua educação deve ser livre de punições; em liberdade, a criança descobrirá, por ensaio e erro, o caminho para o bem; a infância é um período de ensaio do homem” (ROUSSEAU Apud RIZZO, 2000, p. 27).

Novos pensadores surgiram com o advento da Revolução industrial. A “precariedade das condições econômicas, a moradia minúscula e superpopulada, certamente marcou a infância popular nos séculos XVII e XVIII quando, na França e em outros países, havia um alto risco de morte por parto e altas cifras para a morte

de recém-nascidos e crianças das quais apenas 50% sobreviviam ao décimo ano de vida” (KUHLMANN, 1998, p. 24).

Nesse novo contexto, a mão-de-obra precisava de qualificação, pois a maioria dos trabalhadores era analfabeta, e não sabia lidar com a nova tecnologia: a máquina a vapor.

Além da transformação da família patriarcal em nuclear a partir da Revolução Industrial, iniciou também um processo de expropriação de antigos saberes dos trabalhadores, o que modificou as condições e exigências educacionais das novas gerações gerando um pensamento pedagógico, intensificando a discussão sobre a escolaridade obrigatória nos séculos XVIII e XIX em vários países da Europa, época em que a criança passa a ser vista pelos adultos, como o centro do interesse educativo (DORIGO; NASCIMENTO, 2007).

Nessa época, os novos pensadores colocaram em debate a Educação para Crianças, com vias a garantir o seu desenvolvimento pleno, dentre eles:

c) Pestalozzi (1746-1827) Suíça

João Henrique Pestalozzi defendia a educação dada no lar pela mãe, influenciou pensadores como Froebel que, mais tarde criou o jardim de infância. Ele acreditava que a criança começa sua aprendizagem desde o nascimento e que a infância não deveria ser encarada como uma espera apática pela idade adulta.

Para ele, só através da educação os pobres poderiam modificar sua condição miserável. A criança precisava sentir os materiais ao invés de somente ouvir falar neles.

Os principais traços de sua metodologia eram o contato com a natureza, o executar tarefas simples da vida do lar e da comunidade, o experimentar melhores métodos de ensino instruindo, o testar vocações trabalhando e o participar de uma vida onde o respeito mútuo se exercitava continuamente sob fortes laços afetivos (PESTALOZZI apud GILDA RIZZO, 1983, p 14).

d) João Frederico Oberlin (1774) França

Foi de João Frederico Oberlin, a primeira iniciativa para um estabelecimento de educação infantil, em 1774, em Paris. Tratava-se de uma escola para crianças de dois a seis anos de idade. Destinada para a burguesia. Não vingou por não possuir uma linha filosófica, porém um pouco do mundo infantil foi abordado,

com a inserção de brinquedos, passeios, histórias e trabalhos manuais (RIZZO, 2000).

e) Froebel (1782-1852) Alemanha

Friederic Froebel, acreditava que “Educar um homem, seria possibilitar o desenvolvimento de suas aptidões naturais, de essência divina, fazendo-o desenvolver-se auto-consciente como ser pensante que gozava o privilégio de ser, até tornar-se livre e consciente de sua natureza.” (FROEBEL apud GILDA RIZZO, 1983, p. 15).

Aos 55 anos criou o primeiro jardim de infância, em 1837, acreditando que as experiências adquiridas nos primeiros anos de vida de um homem podem resultar no sucesso ou fracasso de seu desenvolvimento pleno.

Nasce a partir dos estudos desses autores, a semente para novos pensamentos revolucionários sobre a educação infantil, tais como:

f) O Movimento Escola Nova

No início do século XX, surge na Europa um movimento de Renovação da Educação: O Movimento Escola Nova, cujos principais representantes eram: Maria Montessori, Ovide Decroly, John Dewey, Edouard Claparède e Celestin Freinet.

As principais características desse movimento eram: a educação integral (intelecto, moral, física); educação ativa; educação prática, sendo obrigatórios os trabalhos manuais; exercícios e autonomia; vida no campo; internato; co-educação; ensino individualizado, que respeitasse o ritmo de desenvolvimento de cada criança (RAPOSO, 2003, p. 20)

g) Maria Montessori (1870-1952) Itália

Formou-se em Medicina e iniciou um trabalho com crianças deficientes mentais na clínica da universidade onde estudava, vindo posteriormente dedicar-se a experimentar em crianças saudáveis os mesmos procedimentos. Observou também as crianças que ficavam brincando nas ruas e criou um espaço educacional para elas em 1907. Esse espaço atendia crianças menores de seis anos. A partir desse trabalho, em 1909, publicou o Método Montessori, com dois anos de experiência.

O Método consistia em integrar forças corporais e espirituais, corpo, inteligência e vontade. Integrava a liberdade, individualidade e atividade. A criança é livre para escolher o material a ser utilizado. Aprende-se mais pelas ações do que pelas palavras. Nos Estados Unidos esse método não teve muita aceitação por ser considerado formal e diretivo, que não permitia a expressão livre e subordinava o corpo ao controle do espírito para a obtenção do aperfeiçoamento do mesmo. Isso através de longos períodos de silêncio e introspecção.

Um ponto negativo nesse método, é a ausência de preocupação com a sociabilidade humana, já que o ensino é muito individualizado. No entanto deve-se a Montessori a adequação de materiais e mobiliário às proporções da criança, hoje item essencial para o desenvolvimento da educação infantil em todo o mundo.

O Método Montessori ainda é utilizado atualmente, porém com algumas modificações que visam o desenvolvimento pleno da criança e sua integração social.

h) A psicologia e a psicanálise no desenvolvimento da Pedagogia do século XX

A psicologia e a psicanálise passaram por significativos avanços durante o século XX, autores como Piaget, Vygotsky e Wallon, além dos já citados criadores da Escola Nova, destacaram-se e colaboraram com novos conhecimentos para a valorização da criança, dando ênfase ao estímulo precoce da criança como forma de favorecer o seu desenvolvimento.

i) Jean Piaget (1896-1980)

Piaget estudou o processo de desenvolvimento mental das crianças e determinou quatro estágios de desenvolvimento:

O estágio Sensorimotor (de zero a dois anos), que consiste na fase em que a criança descobre o mundo através dos sentidos, das ações e dos movimentos; o Pré-operatório (de dois a sete anos), no qual a criança depois de adquirir a capacidade de falar, também adquire a capacidade de pensar simbólica e intuitivamente; O estágio de Operações Concretas (de sete a onze anos), nesse processo a criança é capaz de fazer operações de classificação e seriação, mas ainda apóia seu pensamento em objetos concretos; e o quarto estágio, o das

Operações formais (depois dos onze anos), onde a criança é capaz de raciocinar sobre idéias e hipóteses que não se apóiam necessariamente no concreto (RAPOSO, 2003).

Com base em seus estudos, foi possível para a Pedagogia estabelecer etapas de ensino de acordo com o desenvolvimento normal da criança. Foi possível planejar o momento mais adequado para a aplicação de cada conjunto de atividades.

j) Lev S. Vygotsky (1896-1934)

Vygostky foi professor, pesquisador e contemporâneo de Piaget. Sua teoria é baseada no desenvolvimento do indivíduo como resultado de um processo sócio-histórico, enfatizando o papel da linguagem e da aprendizagem nesse desenvolvimento, sendo essa teoria considerada histórico-social. Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio (CENTRO..., 2007).

l) Henri Wallon (1879)

Médico e psicólogo, baseou suas idéias em quatro elementos básicos que se comunicam o tempo todo: a afetividade, o movimento, a inteligência e a formação do eu como pessoa.

A proposta walloniana põe o desenvolvimento intelectual dentro de uma cultura mais humanizada. A abordagem é sempre a de considerar a pessoa como um todo. Elementos como afetividade, emoções, movimento e espaço físico se encontram num mesmo plano.

As atividades pedagógicas e os objetos devem ser trabalhados de formas variadas. Numa sala de leitura, por exemplo, a criança pode ficar sentada, deitada ou fazendo coreografias da história contada pelo professor. Os temas e as disciplinas não se restringem a trabalhar o conteúdo, mas a ajudar a descobrir o eu no outro. Essa relação dialética ajuda a desenvolver a criança em sintonia com o meio (WALLON, 2007).

De acordo com esse breve histórico, foi possível perceber a contribuição valiosa que esses estudiosos deram para a pedagogia infantil. Dessa forma,

entendemos a grande evolução pela qual passou a Educação direcionada para Crianças. Percebemos que várias das idéias expostas são adotadas em nossos dias. Contudo, ainda falta muito para adquirirmos um grau de qualidade educacional que atinja a maioria da população, principalmente aqueles menos favorecidos de recursos financeiros.

3 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E PRIMÁRIA NO BRASIL

3.1 O Ensino no Período Colonial (1500-1822)

De acordo com estudos elaborados pelo educador Niskier (1996), o objetivo português estritamente comercial e explorador que marcou o início, meio e fim de nossa colonização, não permitiu o incentivo à instrução pública. O atraso educacional brasileiro encontra suas raízes nessa época.

Para o pesquisador, os primeiros educadores do Brasil foram os seis religiosos da Companhia de Jesus. Os padres jesuítas que, em 1534, organizaram-se em Paris para o desenvolvimento de um trabalho, hospitalar e educacional direcionado para a catequização, primeiramente para Jerusalém e depois a qualquer lugar ordenado pelo Papa. Seis desses missionários, liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, saíram de Portugal para então, chegarem a Salvador em 1549.

A missão inicial era catequizar os índios, mas posteriormente os padres jesuítas também abraçaram a tarefa de educar os filhos da classe dominante brasileira. Por mais de dois séculos, 1549 a 1759, os padres jesuítas detiveram o monopólio exclusivo do setor educacional no Brasil (DORIGO; NASCIMENTO, 2007)

A educação para crianças de zero a seis anos de idade, nessa época, ainda era inexistente e essa condição se perduraria até o século XIX.

[...] na zona rural as crianças pobres, órfãs ou abandonadas, estiveram ao longo da história sob os cuidados das 'criadeiras', também chamadas de 'fazedoras de anjos'. Eram assim chamadas devido à alta mortalidade das crianças em decorrência da precariedade das condições sanitárias. Já na zona urbana, os filhos ilegítimos de moças pertencentes à famílias com prestígio social eram recolhidos nas 'rodas de expostos'(DORIGO; NASCIMENTO, 2007).

A chamada 'roda dos expostos',

[...] originou-se durante a Idade Média e Moderna, e consistia em cilindros ocios de madeira, giratórios, construídos em muros de igrejas ou hospitais de caridade que permitiam que os bebês fossem neles deixados sem que houvesse a identificação de quem os trazia. As entidades religiosas tornavam-se responsáveis por essas crianças (DORIGO; NASCIMENTO, 2007).

No Brasil estiveram presentes desde a época colonial até o ano de 1950. Mas, para Rizzo (2000), 'a roda dos expostos', um asilo em regime de internato, não pode ser entendido como uma entidade de proteção, já que não possuía um trabalho psicopedagógico adequado e era marcado por castigos e por muita violência.

O pesquisador Niskier (1996) afirma que as primeiras escolas brasileiras eram de “ler e contar”, e foram criadas pelos jesuítas em várias localidades do Brasil. Os colégios possuíam uma estrutura física precária e eram mantidos por doações e esmolas.

Padres como Manuel da Nóbrega e José de Anchieta desenvolveram uma ação notável de instrução pública, visto o panorama de extrema dificuldade, como, por exemplo, a barreira da língua nativa, o desinteresse por parte da Coroa Portuguesa, os riscos de ação militar em algumas regiões e a precariedade física dos estabelecimentos.

Alguns méritos são dados aos jesuítas, porém, críticas também lhes são atribuídas, tendo em vista um ensino de caráter estritamente humanístico e literário, o que acarretou dificuldades em áreas ligadas ao desenvolvimento científico e tecnológico de nosso país.

Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759, um grande vazio no sentido da instrução perdurou pelo país. As escolas eram poucas, os mestres, sem preparo, e não havia sistematização na seleção dos mesmos. A precariedade do sistema de ensino nem ao menos lhes garantia pagamentos com regularidade.

Três séculos após a chegada dos portugueses ao Brasil, os resultados eram no mínimo pífios: “as aulas de ‘primeiras letras’, de fraca estrutura e medíocres resultados, estavam a cargo de mestres improvisados sem programas racionalmente estabelecidos, com escassa fiscalização quanto à qualidade do ensino ministrado e do aproveitamento dos alunos” (NISKIER, 1996, p. 78).

3.2 O Ensino no Período Imperial (1822-1889)

Assim como no período colonial, durante o Império, a Educação para Crianças não conseguiu grandes avanços:

Não se deu a devida importância à instrução primária das classes baixas e médias da sociedade, e os que, nas classes elevadas, sentiam necessidade de uma instrução mais completa, nem por isso encontraram maiores recursos; continuaram, mais ou menos obrigados a ir adquiri-la em Coimbra, ou mesmo na Inglaterra ou na França...Essa civilização tem um caráter estrangeiro e se mostra na vida social, nas variações e no desenvolvimento do luxo e das necessidades e, finalmente, nas classes elevadas, no desejo sempre crescente de cultivar de uma maneira mais completa, as suas faculdades intelectuais (MAURÍCIO Apud NISKIER, 1996, p. 94).

Segundo a pesquisadora Buffa & Pinto (2002), o poder público imperial não se interessava pela questão da educação elementar que, até o momento, não era obrigatória. Enquanto isso, nessa época na Europa e nos Estados Unidos da América, a universalização do ensino primário já estava política e socialmente consolidada, e o ensino elementar era obrigatório por lei e possuía como base o princípio de que a escola servia para instruir, moralizar, civilizar e consolidar a ordem social.

3.3 O Ensino no Período Republicano (a partir de 1889)

Com a abolição (1888) e a proclamação da República (1889) no Brasil suscitou de um lado o aumento do abandono de crianças e de outro o aumento na busca de novas soluções para o problema da infância, resultando na criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como instituições destinadas a cuidar das crianças pobres. (OLIVEIRA, 1992).

Em 1899 é fundado no Rio de Janeiro, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil. Na mesma época iniciou-se uma movimentação em torno da criação de instituições destinadas aos cuidados das crianças pequenas. Em 1908, começou a funcionar a primeira creche popular destinada a filhos de operários de até dois anos de idade. Em 1909, o primeiro Jardim de Infância Municipal foi inaugurado no Rio de Janeiro. Na seqüência, em 1919, foi criado o Departamento da Criança no Brasil (DORIGO; NASCIMENTO, 2007).

No início do século XX com a crescente industrialização, a mão-de-obra passa também a ser feminina, o que explica a multiplicação de instituições infantis a partir das reivindicações operárias.

a) Os Grupos Escolares

A pesquisadora Buffa & Pinto (2002), afirma que durante o início do período republicano, despontou um pensamento por parte dos governantes, no sentido de que a consolidação da República Brasileira só seria possível se houvesse uma revolução na educação do povo. Essa determinação deu origem a um projeto inovador de educação, a partir do governo do então presidente Floriano Peixoto seguido por Prudente de Moraes, cuja finalidade era a de acelerar o atraso de instrução no país. Para isso, precisavam-se criar escolas primárias de qualidade

arquitetônica e pedagógica, chamadas de Grupos Escolares que, atendia crianças e adolescentes, além da criação de Escolas Normais para o preparo dos futuros professores.

Essa nova modalidade no ensino brasileiro atingiu principalmente o Estado de São Paulo, isso porque, no Estado Paulista onde já ocorria na época, um grande desenvolvimento imobiliário, principalmente na capital, e aonde a riqueza econômica vinda do cultivo do café era cada vez mais evidente. No final do século XIX, pensou-se pela primeira vez, no Brasil, na importância da arquitetura escolar. Pensou-se num espaço propício para a tarefa de abrigar e instruir.

O período dos grupos escolares paulistas situa-se entre os anos de 1893 a 1971 de nossa República. O primeiro edifício projetado para abrigar um grupo escolar foi o da Escola Modelo da Luz, depois chamada de Grupo escolar Prudente de Moraes, situado na Avenida Tiradentes, na cidade de São Paulo, onde as obras iniciaram-se em 1893.

O caráter pedagógico da escola nesse momento, tão somente literário, passa a ser científico. Os espaços deveriam permitir o desenvolvimento pleno, físico e intelectual dos alunos. Não havia mais espaço para a memorização e a repetição. O método de ensino então passou a ser o intuitivo surgido na Alemanha, no final do século XVII, através do teórico Pestalozzi. Esse novo método baseava-se na aquisição de conhecimentos através dos sentidos, da observação e do raciocínio. Os alunos eram atendidos de forma simultânea e não mais individualizada.

O público alvo até o momento eram as crianças da classe média, filhos de profissionais liberais, de imigrantes e de trabalhadores urbanos.

Os estilos arquitetônicos dos grupos escolares não eram genuínos, e sim, importados da Europa. O estilo neoclássico e o eclético dominavam.

Na tentativa de suprir a demanda cada vez mais crescente de alunos, ocorreram algumas modificações no ensino que nem sempre eram positivas. Como, por exemplo, em 1904, em vez de cinco anos, o ensino primário passou a possuir quatro anos. Na seqüência, os turnos de funcionamento foram duplicados. Em 1955, os turnos multiplicaram-se para quatro em algumas escolas.

O educador Sampaio Dória foi convidado pelo governo do Estado de São Paulo para coordenar a reforma do ensino paulista. Originou-se assim a reforma Sampaio Dória, lei 1750 de 8/12/1920 que, reduziu o ensino primário para dois anos

transformando as classes de terceiro e quarto anos em classe de curso médio, mas esta lei foi anulada em 1925.

De acordo com Buffa & Pinto (2002), a partir de 1930, houve uma redução considerável na construção de grupos escolares. As justificativas foram as mais diversas como a economia, política e sociedade brasileiras que passavam por consideráveis mudanças.

Isso devido à crise na bolsa de Nova York, em 1929, que afetou também o Brasil; o primeiro golpe militar que deu fim à velha república; a explosão demográfica; o advento do populismo que rompia com o coronelismo; uma política econômica voltada para o café; o surgimento de novos grupos sociais como trabalhadores urbanos e operários e a expansão das camadas médias devido ao crescimento do setor terciário, culminando com a formação de uma burguesia industrial.

Estes acontecimentos também influenciaram na procura por educação já que, a sociedade, em todas as suas camadas, via na instrução um caminho para uma ascensão social, cultural e principalmente econômica.

Um grupo de intelectuais de origens e posições sócio-políticas variadas passou a questionar o constante declínio na qualidade física e de ensino que os grupos escolares vinham passando devido à grande demanda. Questionavam e idealizavam soluções, até que suas idéias se concretizaram em um Movimento. Este, por sua vez, nasceu a partir dos novos pensamentos educacionais oriundos da Europa e dos Estados Unidos no início do século XX e recebeu a mesma nomenclatura: Movimento Escola Nova.

Os reformadores do Movimento Escola Nova lutavam pelo que chamavam de Reconstrução da Educação. Criticavam a situação do ensino daquela época por entenderem tratar-se de um sistema intelectualista, verbalista e excludente.

Segundo o movimento Escola Nova, a criança é o centro da aprendizagem e a escola tem que ser alegre, acolhedora, bonita, espaçosa, higiênica, para possibilitar uma educação integral.

De 1949 a 1954 os grupos escolares retomaram uma atividade construtiva intensa, uma consolidação do partido arquitetônico moderno. Mas, com o rompimento do convênio escolar que era uma parceria entre o Governo Estadual e a Prefeitura de São Paulo, o ritmo dinâmico foi interrompido.

Na década de 60, importantes avanços tecnológicos foram incorporados como a pré-fabricação e o uso de estrutura protendida. Não houve inovação pedagógica, apenas uma mescla de ensino tradicional e moderno.

Até 1971, o ensino primário mantinha-se separado do ensino ginásio. A Lei nº 5692/71 autorizou a junção de crianças de sete a quatorze anos dando origem ao chamado 1º grau e pondo fim aos grupos escolares.

Nessa época, rompe-se a interação entre arquitetos e profissionais da educação, sendo assim rompe-se também a plenitude da obra educacional, pois segundo o arquiteto Hélio Duarte: “O trabalho de um arquiteto é sempre uma obra educacional ainda que não seja ele um professor. Entretanto, quando se juntam mestre e arquiteto então uma obra poderá ser duplamente exaltada” (BUFFA; PINTO, 2002, p. 93).

3.4 O Nascimento da Educação Infantil no Brasil

Antes do final do século XIX, os projetos educacionais estavam ligados ao ensino primário, secundário e superior. A Educação Infantil no Brasil, até então estava fora dessa esfera de interesses.

Segundo Sousa citado por KUHLMANN (1996), através da iniciativa de alguns operários no final do século XIX, surgiram no Brasil as primeiras formas de assistência aos filhos de mulheres que trabalhavam nas indústrias. Contudo os objetivos dessas instituições eram explicitamente assistenciais e de atendimento ao público.

Observa-se que, o início desse século foi marcado por problemas como a elevada taxa de mortalidade infantil, as péssimas condições de sobrevivência das famílias pobres e a necessidade da mão-de-obra feminina na indústria que levaram à criação de serviços de Proteção à infância, de disposições legais para regulamentar o trabalho da mulher durante e depois da gravidez. “Essas iniciativas ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo e várias cidades do interior de Minas Gerais e no norte do país e foram timidamente sendo seguidas por outros empresários” (DORIGO; NASCIMENTO, 2007, p. 20).

A classe operária aos poucos driblava as dificuldades em relação à guarda e proteção de suas crianças, e ao mesmo tempo, assistia a política assistencialista

que inculcava a submissão nos futuros trabalhadores, como um método eficiente para a manutenção da ordem social.

As instituições pré-escolares – creches, asilos e jardins de infância – foram propostas a partir da questão da função materna e do trabalho feminino. Agregando-se os problemas do abandono e da criminalidade, da mortalidade infantil e da puericultura, chegava-se à política eugênica, que visava à formação de uma raça trabalhadora e submissa. As propostas de ‘assistência científica’ tinham como suporte o preconceito contra a pobreza e a perspectiva de interferir na luta de classes em defesa do capitalismo. Nesse sentido, assumiam um caráter educacional, almejando a domesticação dos trabalhadores. As instituições pré-escolares se integravam nessa perspectiva, tanto por exercer uma ação disciplinadora junto às mães, quanto por desenvolver uma proposta educacional que pretendia, por um lado, isolar as crianças pobres de meios contagiosos e, por outro, inculcar-lhes um sentimento de subalternidade, preparando-as para serem trabalhadores submissos à exploração” (SOUSA Apud KUHLMANN, 1996, p. 15).

A CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) de 1943, que consiste em uma legislação específica para as relações entre patrões e empregados, determinou que as empresas possuísem um espaço para a guarda e cuidados das crianças filhas dos empregados em fase de amamentação, mas pela falta de fiscalização por parte do próprio governo, essa conquista adquiriu um caráter tímido. “A partir de 1950 e nas duas décadas seguintes, as discussões sobre o atendimento às crianças pequenas em creches cresceram muito. Houve um aumento na demanda pelo atendimento às crianças pequenas, não somente das classes pobres, mas também de funcionárias públicas” (DORIGO; NASCIMENTO, 2003, p. 20).

De acordo com as pesquisadoras Dorigo & Nascimento, a pré-escola surgiu a partir de um aumento considerável de evasão escolar e da repetência das crianças pobres no primeiro grau. Isso se deu por volta de 1970. A educação pré-escolar entrava na sociedade como forma de superação, ou seja, oferecida às crianças de quatro a seis anos para suprir as carências culturais até então existentes.

Segundo as estudiosas, a educação pré-escolar foi implantada sem uma reflexão aprofundada a respeito dos problemas sociais envolventes, onde as carências culturais poderiam estar associadas às condições precárias das famílias pobres, favorecendo a repetência escolar de seus filhos. E enquanto a visão assistencialista ou compensatória dominava o trabalho oferecido nas creches que cuidavam dos filhos de família de baixa renda, as pré-escolas particulares que se tornavam cada vez mais numerosas adotavam a preocupação com a sociabilidade e

o desenvolvimento infantil como um todo, onde eram atendidas as crianças de classe média.

Nessa época, as instituições infantis tinham um caráter de contribuição para uma cultura de controle da classe operária e assim manter a condição e a ordem social.

Somente no final do século XX é que a educação infantil no Brasil começa a passar por intensas transformações. Tendo na Constituição de 1988 e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996 seus grandes marcos.

3.5 A Realidade Atual da Educação Para Crianças no Brasil

De acordo com a LDB a Educação Brasileira está organizada em dois grupos: o primeiro é o da Educação Básica, que engloba a Educação Infantil, Fundamental e o Ensino Médio; e o segundo grupo compreende a Educação Superior.

A Educação Infantil consiste no atendimento de crianças de zero a seis anos de idade, sendo que a assistência é realizada em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

O Ensino Fundamental, até o ano de 2006, possuía uma duração mínima de oito anos, compreendia a primeira etapa de 1^a a 4^a séries e a segunda fase de 5^a a 8^a séries. Atualmente o processo de Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, já está sendo implantado.

A Lei n.º 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, institui o Ensino Fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos de idade na turma de Alfabetização do Fundamental. A organização do Ensino Fundamental de nove anos e da Educação Infantil adotará a seguinte nomenclatura:

TABELA 01: Organização do ensino fundamental de nove anos e da Educação Infantil

Etapa de ensino	Faixa etária prevista	Duração
Educação Infantil Creche Pré-Escola	até 5 anos de idade até 3 anos de idade 4 e 5 anos de idade	
Ensino Fundamental Anos Iniciais Anos Finais	até 14 anos de 6 a 10 anos de 11 a 14 anos	9 anos 5 anos 4 anos

Fonte: MEC, 2007

Aos poucos a política brasileira em relação à Educação está mudando, mas ainda é clara a prioridade das políticas econômicas e de mercado em detrimento do setor educacional.

A nova configuração do estado apresenta de forma clara a sua face neoliberal. Uma de suas principais medidas de implementação é o corte de gastos sociais, que no Brasil é uma realidade. No caso específico da educação sabe-se que existe uma grande carência do povo por acesso à instrução escolar, entretanto não há vagas para todos. No que tange à Educação Infantil não é diferente, mesmo existindo diversas Leis que regulamentam este nível de ensino, muitas crianças estão fora das escolas infantis. A questão da importância da Educação Infantil, assim como a necessidade de políticas públicas que dêem prioridade a este nível de ensino, tem sido tema de muitas pesquisas. O avanço dos estudos, nesta área, trouxe muitas e significativas mudanças. Um exemplo é que a Educação Infantil foi reconhecida na nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) como parte integrante da educação (CARRIJO, 2007).

No Brasil, há uma preocupação desproporcional entre os aspectos quantitativo e qualitativo da Educação. “Desde o final de 1980, o Estado tem privilegiado a expansão das matrículas em cumprimento a acordos internacionais, desprestigiando a formação do corpo docente e no investimento em infra-estrutura” (BARBIERI, 2007).

Um investimento para a educação do Governo Federal de mais de um bilhão de reais foi aplicado no ano de 2007 e mais investimentos serão anunciados nos próximos anos. É o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, anunciado em 24 de abril de 2007.

É uma iniciativa positiva, tendo em vista a realidade da educação brasileira. A seguir alguns objetivos gerais retirados do plano para Ensino Básico:

- Criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e apoio às prefeituras que têm os indicadores educacionais mais baixos. (...) O MEC vai investir cerca de R\$ 1 bilhão em 2007 — recursos adicionais ao

Fundo da Educação Básica (Fundeb) — para atender os mil municípios com os piores índices de desenvolvimento da educação. Os especialistas do MEC vão recomendar ações como o acompanhamento individual das crianças, atividades de cultura e esporte no contra turno escolar, participação da comunidade nos conselhos de cada escola e criação de conselhos municipais de educação;

- Implantação da Provinha Brasil, para avaliar a alfabetização de crianças de seis a oito anos;
- Crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de R\$ 600 milhões para compra de ônibus e até barcos para o transporte escolar. São R\$ 300 milhões para o Programa Caminho da Escola, que prevê atendimento a alunos da educação básica da rede pública na zona rural, e R\$ 300 milhões para o Pré-escolar, que atende alunos das redes estadual e municipal das zonas rural e urbana. A indústria automobilística criou um veículo padrão, de custo mais baixo, para transportar as crianças com segurança;
- Olimpíada de Língua Portuguesa, em 2008, em cerca 80 mil escolas e sete milhões de alunos;
- Informatização de todas as escolas públicas até 2010.;
- Luz, até o ano que vem, em todas as escolas públicas que ainda não têm energia elétrica, dentro do programa Luz para Todos (NUNES; FIORI, 2007).

O panorama atual para a Educação de Crianças no Brasil, mesmo diante de regulamentações como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos e novos investimentos e debates, enquadra-se num processo de adequação. E, fica a nosso cargo a vigília e ação no sentido de incentivar e apoiar propostas que desenvolvam a nossa Educação. Assim, “[...] a trajetória histórica da educação infantil passa por um momento de inflexão, em face da incorporação desse campo pelos sistemas nacionais de educação [...]” (MACHADO, 2000).

3.5.1 Os Principais Métodos de Alfabetização do Ensino Brasileiro

a) O Método Fônico ou Sintético

Diz respeito ao conhecimento repassado através da memorização e repetição. É um termo utilizado para se referir à maneira como se alfabetiza a criança nesse processo. É mais usado em escolas que adotam metodologias e posturas tradicionais. A alfabetização é feita a partir de elementos mais simples - letra, fonema ou sílaba - que são combinados, formando as sentenças. Pode ser alfabético, fônico ou silábico.

b) Método Global ou Analítico

Tem como ponto de partida elementos significativos, unidades de sentido, palavras, sentenças ou pequenos textos, que são usados para levar ao conhecimento dos elementos fonéticos. Pode ser dividido em palavração, sentencição ou unidades de experiências, dependendo do elemento que se emprega na alfabetização.

Existe ainda o método chamado de analítico-sintético, que mescla todos os elementos.

A principal diferença entre o método fônico e o global é que o segundo parte primeiramente do contexto para então chegar à decodificação da palavra. Para Nicolas Adam, responsável pelas bases desse método, a criança tem de ler e não decifrar o que está escrito, isso quer dizer que ela tem a necessidade de encontrar um significado afetivo e efetivo nas palavras.

c) Teoria Construtivista

De acordo com Sérgio Antônio da Silva Leite, doutor em psicologia pela USP, trata-se de uma teoria psicológica que chega ao Brasil a partir de 1985 e que passou a ser encarada como a solução para o problema da alfabetização e interpretada, enganosamente, como um método pedagógico. Sendo assim contribui, mas não responde a todas as implicações do processo de alfabetização escolar.

É uma teoria que dá bases ao Método global e utiliza-se primeiro da experimentação da língua como um elemento do cotidiano da criança, através de leituras e histórias contadas.

3.6 As diferenças conceituais entre Creche e Pré-escola

Rizzo (2000) explica que uma creche e pré-escola precisam possuir objetivos com vias a assegurar, durante a ausência da família: Segurança, Higiene, Alimentação, Afeto e Educação. Mas afirma que, o sistema de funcionamento é diferenciado. Na tabela 02, veremos algumas das fundamentais diferenças entre uma Creche e uma Pré-escola.

TABELA 02: Diferenças conceituais entre uma Creche e uma Pré-escola

FUNCIIONAMENTO	CRECHE	PRÉ-ESCOLA
Horário de Funcionamento	- Período Longo; - Sem rigidez na entrada ou saída; - Flexibilidade nos períodos de atendimento; -Ajuste da Instituição às necessidades da família.	-Período Intermediário; -Horário pré-determinado na entrada e saída; -Geralmente abrange um único turno; -Ajuste da Família às necessidades de Funcionamento da Instituição.
Período de Matrícula	- Qualquer época do ano.	-Período Pré-determinado, geralmente no início do ano.
Período de Férias	-Varia de acordo com a necessidade do estabelecimento. Importante pelo menos durante 01 mês por ano para reorganização dos trabalhos.	-02 vezes por ano, a 1ª no início e a 2ª no meio do ano letivo.
Forma de Grupamento das crianças	- A critério da Instituição podendo separar por faixa etária ou misturar segundo normas mais naturais e afetivas.	-Sempre por faixa etária.
Equipe profissional	-Os profissionais precisam possuir nível superior tanto na área de educação quanto na de saúde.	-É aconselhável, porém não obrigatório.
Currículo	-Centrado na criança, mais psicológico e assistemático devido a um maior número de necessidades.	-Centrado na criança, mais pedagógico.
Características de Funcionamento	- Mais complexo porque atende desde bebês a crianças maiores funcionando como uma residência de uma grande família.	-Menos complexo, com atividades psicopedagógicas, mais formal encaixando-se como uma instituição de ensino.

FONTE: (RIZZO, 2000, p. 52-54)

3.6.1 Instituições Paralelas

É importante frisar nesse trabalho, que nem todo estabelecimento que se intitula “Creche” pode verdadeiramente ser considerado como tal. Devemos conhecer as diferenças entre essas entidades e Rizzo(2000) em seu livro: “Creche: Organização, Currículo, Montagem e Funcionamento”, nos dá com clareza, elementos que caracterizam cada uma das entidades a seguir:

a) Asilos

Instituições públicas ou privadas mantidas por associações filantrópicas, que cuidam de menores órfãos, abandonados ou carentes sérios em regime de internato permanente. Também conhecidos pelo nome de pupileiros. Geralmente

esse abrigo oferece como ápice de seu funcionamento a alimentação, sem possuir assistência psicopedagógica.

b) Lar Vicinal ou Vizinhança Crecheira

Casas de família, ou chefiadas por apenas uma mulher, que atendem até 10 crianças em regime de internato ou externato. Não possui inspeção, controle ou orientação. Algumas poucas dessas instituições recebem apoio de associações filantrópicas.

c) Creche Comunitária

Usa instalações geralmente improvisadas e inadequadas, algumas mães juntam-se em trabalho comunitário e dividem entre si a tarefa de cuidar dos próprios filhos. Os resultados nem sempre são positivos nem em detrimento da boa vontade das mães e funcionários/voluntários.

4 LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO E INFANTIL BRASILEIROS

4.1 Constituição da República Federativa do Brasil - 1988

Sobre Educação Infantil

Art. 208

(...)

IV – “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.”

Art. 211 – “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.”

(...)

II – “Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.”

Sobre Ensino Fundamental

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 2006).

4.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) foi a primeira a englobar todos os graus e modalidades do ensino, após 13 anos de discussão. Seus objetivos são baseados em princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade.

A LDB nº 9394/96 trata sobre a Educação Infantil e Básica nos seguintes artigos:

Da educação Infantil

Art. 4º

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

Seção II

Da Educação Infantil

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30º. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31º. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Da educação Básica

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

Art. 32º. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 62 – A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 2006).

4.3 Declaração dos Direitos da Criança da ONU (Organização das Nações Unidas)

Aprovada em 20 de novembro de 1959

PRINCÍPIO 1º

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração.

Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

PRINCÍPIO 2º

A criança gozará proteção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade.

Na instituição de leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, os melhores interesses da criança.

PRINCÍPIO 3º

Desde o nascimento, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.

PRINCÍPIO 4º

A criança gozará os benefícios da previdência social.

Terá direito a crescer e criar-se com saúde; para isto, tanto à criança como à mãe, serão proporcionados cuidados e proteção especiais, inclusive adequados cuidados pré e pós-natais.

A criança terá direito a alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas.

PRINCÍPIO 5º

À criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.

PRINCÍPIO 6º

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão.

Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material; salvo circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e aquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas.

PRINCÍPIO 7º

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais.

A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

PRINCÍPIO 8º

A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.

PRINCÍPIO 9º

A criança gozará proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma.

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

PRINCÍPIO 10º

A criança gozará proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza.

Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes. (BRASIL, 2006).

5 DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS

5.1 Panorama atual sobre a Educação no Brasil

Como já mencionado, na pesquisa que evidencia o ranking mundial da educação elaborado pela Unesco em 2006, de acordo com sua colocação, o Brasil é um país que precisa melhorar a situação educacional de sua população. Com a posição alcançada pelo país, dificilmente conseguirá cumprir com as metas do Programa Educação para Todos, resultado de um compromisso firmado entre vários países no Fórum Mundial sobre a Educação, em 2000, no Senegal.

A Unesco aponta uma causa: a falta de recursos voltados para a Educação e essa falta de recursos não quer dizer escassez de riqueza, já que o Banco Mundial aponta o Brasil como 14^o país de maior economia do mundo. Temos então no Brasil um problema político que não possui a prioridade de investimentos em educação. De acordo com os dados:

- O Brasil no final de 2006 estava na 75^a posição do ranking planetário da educação elaborado pela Unesco, embora possua a 14^a maior economia do mundo;
- O Brasil está entre os 12 países que concentram 75% de todas as pessoas do mundo, com idade superior a 15 anos que não sabem ler ou escrever – 1,9% dos analfabetos do planeta são brasileiros (BARBIEIRI, 2007).

A Prova Brasil, é um exame que foi realizado pela primeira vez em 2005 e aplicado pela segunda vez em novembro de 2007. Ele é realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), autarquia do MEC. Em 2005, foram avaliados 3,3 milhões de alunos da 4^a e 8^a séries em 41 mil escolas de 5.418 municípios e alguns dos resultados foram os seguintes:

- Mais de 50% das crianças que estão na 4^a série não entendem textos simples e não conseguem resolver com segurança questões ligadas à números principalmente quando se trata de uma divisão;
- De cada cem alunos da 1^a série, só 59 (cinquenta e nove) chegam à 8^a e 40 ao fim do ensino médio) (BARBIERI, 2007).

O SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), realizado de 1995 até 2003, abriu um panorama inédito, e preocupante, da educação básica brasileira e dos fatores que interferem no aprendizado, como a origem social dos alunos e a infra-estrutura dos estabelecimentos. Segundo Magno de Aguiar Maranhão, Educador e Consultor da área da Educação, o estudo realizado pelo Saeb evidencia que:

- A educação infantil é crucial. Alunos da 4ª série que freqüentaram pré-escola atingiram 171 pontos em Leitura, contra 151 dos demais (entretanto, só 28,3% dos filhos de famílias pobres estavam em pré-escolas há dois anos, contra 94,6% dos que vinham de famílias com renda maior que cinco salários);
- O dramático é que 64% dos que têm quatorze anos e deveriam estar concluindo o ensino fundamental estão atrasados. Aliás, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 18,7% dos filhos de famílias com renda per capita inferior a meio salário já chegam atrasados à 1ª série, que detém o maior índice de abandono (14,2%) e repetência (36,2%). Entre as que vivem em famílias com renda per capita superior a dois salários, a taxa de atrasados cai para 9,3%. (BARBIERI, 2007).

5.2 Panorama atual sobre a Educação no Maranhão

- No ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) de 2006, 90% dos alunos da rede pública estadual não conseguiram tirar a nota mínima recomendada pelo Ministério da Educação (MEC), que é de 40 pontos;
- Participaram do Enem de 2006, 49.839 estudantes, de um universo de 70.924 inscritos;
- Índice alto de analfabetismo igual a 22,99%, a média nacional é de 2,6%; ocupa a 24ª posição e fica a frente apenas dos Estados da Paraíba, Piauí e Alagoas.
- IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) = 3,2; abaixo da média nacional que é de 3,5 (BARBIERI, 2007).

Assim, quase um milhão de pessoas adultas não sabe ler ou escrever. Além disso, de acordo com o MEC, o estado tem 84 municípios entre os que tiveram os menores IDEB's do Brasil.

Diante dos dados alarmantes, o Governo do Estado vem ampliando suas discussões sobre a Educação no Maranhão, esse ano foram realizados vários eventos que debateram a situação educacional no Estado, como Seminários, Conferências e Fóruns.

Em São Luís, foi iniciada em agosto de 2002, a macro-política da Secretaria Municipal de Educação caracterizada por ser um processo de reestruturação do Sistema Educacional, mediante um planejamento estratégico, enfatizando os eixos de Formação Continuada de Profissionais, Gestão Institucional, Rede Social Educativa e Avaliação. Tem como objetivo principal garantir o sucesso escolar dos alunos e a ampliação das competências profissionais dos educadores.

Um dos eixos do programa, é fortalecer a relação escola, família, comunidade e parcerias interinstitucionais, através de um comitê gestor e projetos de enfrentamento das problemáticas da escola-comunidade local. Em Destaque os seguintes projetos: projeto Cidade em Cena, escola aberta aos finais de semana

com atividades sócio-culturais, Conselhos Escolares e Comitê Aberto da Rede Social Educativa, construindo um pacto por uma Escola de Qualidade Social para Todos (SEMED, 2007).

As iniciativas descritas mostram que a Educação no Maranhão, aos poucos, ganha nova escala de valor. As discussões foram ampliadas, aspectos como infra-estrutura e valorização dos docentes começam a ganhar destaque no meio político. É uma grande vitória, mas que precisa ser vigiada e sempre reformulada, para que não cessem os novos investimentos.

6 BASE TEÓRICA PARA IMPLANTAÇÃO DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA CRECHE-ESCOLA PARA CRIANÇAS DE DOIS A DEZ ANOS DE IDADE

É importante que as Instituições que atendam crianças como creches, pré-escolas e escolas pelo menos da primeira fase do fundamental, localizem-se em uma mesma edificação, isso porque facilita a integração entre elas, tanto no sentido arquitetônico quanto no pedagógico. Segundo Kishimoto Apud Online (2007) em entrevista para USP Online, em 24/2/2006. “[...] Precisaria ter um projeto de integração entre a Educação Infantil e as séries iniciais”.

Um outro ponto que justifica esta relação entre a educação infantil e as primeiras séries do fundamental é a de possibilitar o conforto das mães que possuem filhos em várias fases diferentes da vida escolar e permitir ainda a interação entre crianças de idades diferentes, possibilitando trocas saudáveis e equiparando-se aos grupos familiares.

O presente trabalho traz uma abordagem sucinta sobre o funcionamento através do planejamento arquitetônico de cada parte que comporá a instituição: creche, pré-escola e escola da alfabetização à 4ª série.

6.1 A Educação Infantil

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (MEC, 1996-1999), faz referência ao ambiente físico planejado de acordo com as necessidades e as características dos grupos de crianças, levando-se em conta a cultura da infância e os diversos projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos em conjunto com seus professores. A qualidade e a quantidade da relação criança-criança, adulto-criança, dos objetos, dos brinquedos e dos móveis presentes.

Além das diretrizes do Referencial Curricular, foram levados em consideração para a elaboração dessa proposta de anteprojeto, outros documentos criados e divulgados pelo MEC como: a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação; Parâmetros Nacionais de Qualidade na Educação Infantil e Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil, documentos estes que em 2006, substituíram os Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil.

A seguir algumas das diretrizes descritas nos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil:

- Condições de acesso, no que diz respeito à capacidade e fluxo das vias públicas que delimitam o lote; meios de transporte, localização de pontos de ônibus;
- Acessibilidade universal – garantia de que o ambiente construído seja o menos restritivo possível, incluindo espaços dimensionados de acordo com os preceitos de acessibilidade universal, considerando acessos a salas, área de serviço, cozinha, banheiros, áreas de brincar interna e externa, dentre outros espaços, de acordo com as normas brasileiras e os decretos em vigor;
- Condições de infra-estrutura básica – pavimentação de ruas, rede de esgoto, energia, abastecimento de água e lixo. Em regiões com precariedade de infra-estrutura, solicitar a ação das administrações públicas para viabilizar as condições básicas para implantação das unidades;
- Legislação arquitetônica e urbanística vigente – taxa de ocupação e índice de aproveitamento do terreno, áreas livres, alinhamentos e afastamentos, etc.;
- População – indicadores socioeconômicos, culturais e faixa etária;
- Entorno (circunvizinhança) – arquitetura local (morfologia urbana, sistemas construtivos e tipo de construções existentes) e acidentes geográficos da região;
- Disponibilidade de mão-de-obra e materiais de construção;
- Considerar as características térmicas, a durabilidade, a tradição da região, os custos e a facilidade de manutenção; condicionantes físico-ambientais do local – clima, topografia (necessidade de cortes e aterros do terreno, escoamento natural de águas pluviais), vegetação, recobrimento do solo, orientação, qualidade do ar, massas de água e ocorrência de ruídos;
- Processo participativo – escuta dos desejos e das necessidades das crianças, dos professores, dos familiares e das entidades representativas, tais como sindicatos ou associações de docentes e funcionários; associações de pais; e outras entidades interessadas.
- A relação harmoniosa com o entorno, garantindo conforto ambiental dos seus usuários (conforto térmico, visual, acústico, olfativo/ qualidade do ar) e qualidade sanitária dos ambientes;
- O emprego adequado de técnicas e de materiais de construção, valorizando as reservas regionais com enfoque na sustentabilidade (SEB, 2007).

Para a elaboração do Anteprojeto Arquitetônico da creche-escola, também foram levados em consideração estudos da pesquisadora Rizzo (2000) e a Legislação Municipal Básica de São Luís, como veremos a seguir:

6.1.1 A creche

Rizzo (2000) defende a idéia de que o espaço físico de uma creche precisa possibilitar a brincadeira, o movimento e o conhecimento de si e do outro.

São esses três princípios que norteiam as atividades psicopedagógicas nos quais o projeto arquitetônico precisa estar inter-relacionado.

Ela tem de se constituir em espaços montados de tal forma que se transformem em ambientes especiais de criar crianças, oferecendo a elas tudo de que precisam para se desenvolverem integral e harmoniosamente, física e psicologicamente, atendendo às suas necessidades físicas, biológicas, sociais, intelectuais e afetivas de forma integrada (RIZZO, 2000, p. 48).

A seguir serão citadas algumas especificações importantes para a construção ou instalação de prédios para funcionamento de uma creche de acordo com Rizzo (2000) que se baseou em especificações do Ministério da Saúde:

- Sugestão de uma relação de 15 m²/criança para instituição que atenda o mínimo de 30 crianças e o máximo de 70, numa área de 1.050 m²;
- O Espaço verde é de caráter indispensável, e não pode oferecer riscos que comprometam a saúde da criança como, por exemplo, vegetação com espinhos, venenosa ou que solte sementes que facilmente possam ser ingeridas;
- O Espaço ao ar livre é essencial e precisa estar composto por brinquedos como balanços, pequenas escorregadeiras, caixotes, bancos transportáveis, poços de areia etc.;
- A localização deve estar centrada em áreas que apresentam maior carência desse tipo de instituição. Os princípios ligados às condições ambientais quanto à orientação, ventilação, iluminação, silêncio, possibilidade de vida ao ar livre, contato com a natureza, com o mundo exterior, e facilidade de acesso para a clientela são muito importantes. O ideal é a instituição estar localizada próxima ao local de trabalho das mães e próxima ao local de residência da família;
- A área social e de serviço devem ser separadas. Acesso de carga e descarga deve ser isolado da circulação das crianças. A entrada social deve possibilitar o conforto e proteção contra a chuva e sol intenso. (RIZZO, 2000, p. 48).

De forma geral, o aspecto físico da instituição ajudará ou não no bom desenvolvimento do trabalho humano. Segundo Rizzo (2000), algumas condições devem ser levadas em conta para o planejamento arquitetônico de uma creche, são elas:

- Segurança e prevenção de acidentes;
- Higiene e Saúde ambiental;
- Organização e funcionalidade;
- Estética e beleza.

a) A Segurança e prevenção de acidentes

Diz respeito ao uso de materiais e cuidados que possibilitam a proteção física das crianças. Ex.: Uso de material não-inflamável em divisórias, painéis e pisos; colocação de equipamentos para incêndio em número adequado, em locais

acessíveis, no mínimo, um por andar; tomadas de luz vedadas por tampas especiais ou colocadas em altura não acessível, e etc.

b) A Higiene e Saúde Ambiental

São essenciais e podem ser possibilitadas através de diversas medidas, das quais podemos citar algumas ligadas ao projeto arquitetônico: o arejamento através de janelas em todas as dependências do prédio, com a possibilidade de entrada de luz solar pela manhã; Janelas amplas o bastante para facilitar a manutenção de iluminação na maior parte do dia; os pisos devem ser laváveis e esterilizáveis diariamente; os revestimentos precisam ser de materiais ou tintas laváveis, lisos e impermeáveis; permitir o aquecimento e refrigeração somente em caso de desconforto por frio ou calor excessivo, a temperatura ideal gira em torno de 22° e 24°.

c) A Organização e Funcionalidade

Permitem um bom desenvolvimento das atividades. Alguns cuidados como, por exemplo, permitir que o acesso dos gêneros alimentícios deva ser direto da rua à despensa, diminui a possibilidade de contaminação dos alimentos e facilita o tráfego em geral. A existência de um banheiro exclusivo para pessoas estranhas ao serviço no hall da recepção, evita o contato das crianças com doenças infecto-contagiosas. A existência de rampas suaves e estacionamento para carrinhos de bebê possibilitam um conforto maior para as mães e seus filhos.

d) A estética e beleza

São fundamentais porque de forma geral facilitam todo o processo de trabalho. De acordo com Goulart & Palhares os espaços precisam caracterizar-se em Ambientes. Sendo assim, não se pode enquadrar a meros espaços com nome e metragens pré-definidos, devem possuir essa segunda dimensão, a de Ambientes, porque dessa maneira adquirem um caráter ligado à emoção. Não existe para a criança o espaço puro e material e sim o espaço alegria, o espaço medo, o espaço

proteção, o espaço mistério, o espaço descoberta, enfim os espaços de liberdade ou de opressão (GOULART, Ana Lúcia de Faria; PALHARES, Marina Silveira, 2005).

E de todas as sensações possíveis será a estética, beleza, boa utilização de cores e materiais, que possibilitarão que as boas sensações permaneçam. Devem permitir o bem estar e a alegria que são fatores inegáveis a uma criança.

6.1.2 O Pré-escolar (Jardim de Infância)

Para Rizzo (2000), a sala ambiente de uma pré-escola deverá proporcionar experiências de caráter motor, psicológico e social que visem o desenvolvimento integral da criança.

O trabalho que deverá ser realizado com as crianças do pré-escolar está subordinado às mesmas condições mencionadas para a creche: Segurança e prevenção de acidentes; Higiene e Saúde ambiental; Organização e funcionalidade; Estética e beleza.

A montagem da sala ambiente deve obedecer a uma relação espaço físico x alunos e não deve ser inferior a $2\text{m}^2/\text{criança}$. O padrão de melhor qualidade é de 3 a $4\text{m}^2/\text{criança}$. Sendo $15\text{m}^2/\text{criança}$ a relação mínima estabelecida entre o prédio e suas dependências e crianças, incluindo-se área externa para recreação.

A sala de aula de uma pré-escola deverá ser organizada o suficiente para separar e ao mesmo tempo integrar as várias funções.

Na sala ambiente devemos possuir 04 tipos de áreas:

- a) Área livre: para atividades de conjunto dirigidas pela professora em frente e próxima do quadro;
- b) Área movimentada: engloba atividades como pinturas a dedo, com pincel, as pinturas no cavalete são as mais movimentadas. Essa área deve manter certa distância da área calma;
- c) Área semi-movimentada: Ocorrem dramatizações espontâneas (casa de boneca), construção e modelagem. São atividades semi-movimentadas, mais barulhentas que as primeiras e devem ficar afastadas da leitura, jogos e desenhos;
- d) Área Calma: Desenho, mesa de atividades enriquecidas, recorte e colagem, jogos, matemática, mesa de leitura e escrita.

Todas essas áreas podem estar representadas através de cantinhos como o Cantinho da pintura; Casa de boneca; Cantinho da matemática; das ciências; da limpeza; da biblioteca; Cantinho da construção; Cantinho da areia; da água; e dos brinquedos.

Em relação à Legislação Municipal, a seguir algumas considerações sobre jardins de Infância e escolas similares, presentes no Código de Obras de São Luís:

SEÇÃO IX
SUBSEÇÃO I
JARDINS DE INFÂNCIA

Art.217 As edificações de jardins de infância e escolas similares deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) A edificação deverá ter no máximo 02 (dois) andares, admitindo se andares em níveis diferentes quando se trata de soluções naturais em face da topografia do terreno. Em qualquer caso os alunos não deverão vencer desníveis superiores a 4,50 m (quatro e cinquenta) metros;
- b) As salas de aula orais terão área correspondente a 1,50 m² (um e cinquenta) metros quadrados por aluno;
- c) com o mínimo de 24,00 m² (vinte e quatro) metros quadrados. Será observado a relação mínima de um para dois entre a menor e maior dimensão, no plano horizontal, a menor dimensão não poderá ser inferior a 4,00 m² (quatro) metros quadrados;
- d) As salas de trabalho manuais terão área correspondente a 2,60 m² (dois e sessenta) metros quadrados por aluno, com o mínimo de 32,00 m² (trinta e dois) metros quadrados. Será observado a relação mínima de dois para três entre a menor e maior dimensão no plano horizontal;
- e) O espaço descoberto destinado a esporte e recreação terá área correspondente a 4,00 m² (quatro) metros quadrados por aluno com o mínimo de 5,00 m² (cinco) metros quadrados;
- f) O espaço coberto para recreação ou ginásio, terá área correspondente a 1,50 m² (um e cinquenta) metros quadrados por aluno, com o mínimo de 30,00 m² (trinta) metros quadrados e observará a relação mínima de uma para três a menor dimensão, a qual não poderá ser inferior a 4,00 m (quatro) metros (BRASIL, 2006).

6.2 A Primeira Fase do Ensino Fundamental: da alfabetização à 4ª série

Ao contrário das atividades do pré-escolar que englobam as de rotina (higiene, alimentação e repouso); programadas e livres, as salas de aula destinadas às turmas de 1º grau obedecem a uma programação mais sistematizada em função do aprendizado das disciplinas.

O projeto arquitetônico precisa estar a par dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, já que definem o currículo para esta primeira fase do ensino Fundamental, e sendo assim indicam uma estrutura coerente com o funcionamento do ensino. As disciplinas de uma escola da primeira fase do fundamental, de acordo com o PCN, são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e

Geografia, Artes, Educação Física, Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Segundo o Manual para elaboração de projetos de edifícios escolares na cidade do Rio de Janeiro da Prefeitura da mesma cidade, elaborado em 1996, o indivíduo do futuro deverá ser participativo e cooperativo, e a escola desempenhará papel fundamental na formação desse indivíduo.

O Manual, afirma ainda que a escola precisa acompanhar o estabelecimento do mundo capitalista e suas transformações nos meios de comunicação, transmissão de dados e informações em larga escala e velocidade.

Muda-se a figura do professor tradicional, tutor do conhecimento, com alunos assistindo passivamente a transmissão do conhecimento no ambiente de uma sala convencional programada para aulas expositivas. Surge uma nova sala de aula, com a figura de um professor facilitador da busca de informação e ao mesmo tempo agente motivador das ações. O aluno deverá encontrar na escola o espaço para descobertas de si mesmo e do mundo, aprendendo a trabalhar e vencer desafios.

A escola precisa ser o espelho do que ocorre no mundo “assim a nova escola passará a ser um espaço aglutinador e interativo, onde se possam realizar trabalhos em grupo, buscar informações em meios visuais, microcomputadores interligados a redes, centros de pesquisa, bibliotecas, universidades e outras escolas do mundo inteiro” (PREFEITURA..., 1996, p. 1).

A seguir algumas disposições sobre o Ensino Fundamental inerentes ao Código de Obras de São Luís:

SEÇÃO IX
SUBSEÇÃO II
ENSINO DE 1º GRAU

Art. 218 As edificações e escolas de 1º Grau e as de ensino profissional deverão satisfazer as seguintes condições:

- a) O prédio não poderá ter mais de 02 (dois) andares, admitindo se, porém:
 1. A exclusão de andar enterrado, quando nenhum ponto de sua laje de cobertura ficar acima de 1,50 m (um e cinquenta) metros do terreno natural, e quando destinado exclusivamente a estacionamento ou constituir porão em aproveitamento para fins de habitação ou permanência humana;
 2. Um terceiro andar superior para internado, no caso da escola manter esse setor. Em qualquer caso, os alunos não deverão vencer desnível superior a 9,00 m (nove) metros.
- b) As salas de aula orais terão área correspondente a 1,20 m² (um e vinte) metros quadrados por aluno, com o mínimo de 42,00 m² (quarenta e dois) metros quadrados;
- c) As salas de trabalhos manuais terão área correspondente a 3,00 m² (três) metros quadrados por aluno, com o mínimo de 54,00 m² (cinquenta e quatro) metros quadrados;

- d) As salas especiais ou laboratórios terão área correspondente a 1,00 m² (um) metro quadrado por aluno, com o mínimo de 36,00 m² (trinta e seis) metros quadrados;
- e) O espaço descoberto destinado a esporte e recreação terá área correspondente a 6,00 m² (seis) metros quadrados por aluno, com o mínimo de 200,00 m² (duzentos) metros quadrados;
- f) O espaço coberto para recreação e esporte, ou ginásio, terá área correspondente a 2,00 m² (dois) metros quadrados por aluno, com o mínimo de 100,00 m² (cem) metros quadrados e terá pé direito mínimo de 5,00 m (cinco) metros.

Parágrafo único: Entre a maior e a menor dimensão, no plano horizontal, será observada a relação mínima:

- a) De dois para três no caso dos compartimentos que tratam as letras "b", "c" e "d" deste artigo;
- b) De um para três no caso dos espaços de que trata as letras "a" e "d" deste artigo. (SEMTHURB, 2007).

Além das subseções citadas acima, o Código de Obras de São Luís ainda dispõe de regras gerais para a construção escolar a partir da etapa do jardim de infância que vão desde o artigo 203 até o 216 da Seção IX, que trata das Escolas. Não foram observadas considerações acerca de creches.

7 O ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO

7.1 Estudo de Casos: análise das creches, pré-escolas e escolas visitadas em São Luís

Foram visitadas três instituições de ensino: uma filantrópica (comunitária), uma que pertence à rede municipal e a última pertencente à rede particular. A seguir algumas observações:

7.1.1 Creche “Olhar de Maria”



Figura 01 – Creche Olhar de Maria: Fachada Principal. Data: 30/08/07
Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007



Figura 02 – Creche Olhar de Maria: Turma matinal, alunos de dois a três anos de idade
Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007

Em visita técnica realizada em agosto de 2007, foram identificadas os seguintes fatores: A Creche Olhar de Maria é uma instituição comunitária localizada no bairro da Liberdade e mantida por doações de pessoas físicas, jurídicas e principalmente pela entidade religiosa Centro Espírita Olhar de Maria, que divide o prédio com a creche.

As instalações são precárias; os banheiros não são adaptados para uso infantil; não possui área livre suficiente, nem playground, os brinquedos que existem são doados pela comunidade e, na maioria das vezes, quebrados. A pintura nas paredes, assim como o piso já estão muito gastos. São duas turmas, a primeira com trinta e oito alunos, atende crianças de dois a três anos de idade e a outra turma com trinta alunos recebe crianças na faixa etária de três a quatro anos. São turmas lotadas, com apenas uma professora para cada uma delas.

A instituição possui uma Diretora com formação superior em pedagogia, duas professoras sem formação acadêmica superior, um profissional de serviços gerais e uma cozinheira. Todos são profissionais voluntários, que não desistem da tarefa quase sobre-humana de educar crianças em tais condições.

As atividades de ensino são coordenadas e possuem orientação pedagógica. A creche oferece o desjejum (café da manhã), almoço e lanche da tarde, que são oferecidos na própria sala de aula. Uma vez por semana, a creche oferece assistência médica e odontológica exercida por profissionais voluntários.

Apesar dos problemas, a Instituição é bem aceita no bairro, por ser a única que atende crianças a partir de dois anos e que não cobra absolutamente nada, nem mesmo o material didático e o fardamento escolar. O regime de permanência das crianças é integral o que garante a possibilidade de trabalho com certa tranquilidade aos pais. É nessa Instituição que estão as crianças de famílias com renda mais baixa do bairro, em torno de R\$ 100,00 (cem reais).

7.1.2 CEB Paulo Freire



Figura 03 – CEB Paulo Freire: Turma maternal, alunos de três a quatro anos de idade
Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007



Figura 04 – CEB Paulo Freire: Turma pré-escolar, alunos de quatro a cinco anos de idade
Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007

Durante a visita técnica realizada também em agosto de 2007 ao CEB (Centro de Educação Básica) Paulo Freire, Instituição de Educação Infantil Municipal, foram registradas as seguintes considerações:

A instituição está localizada no Bairro da Liberdade e atende crianças de 03 a 06 anos de idade; As instalações são adequadas à Legislação Municipal; possui refeitório, os banheiros e mobiliário são adaptados para uso infantil. Possui

área verde e o playground foi retirado por problemas de manutenção. A princípio funcionaria em tempo integral, mas diante da demanda de alunos a instituição optou pela ampliação do atendimento em dois turnos. O nível pedagógico é satisfatório. A escola recebeu em 2002 o prêmio pela Qualidade na Educação e em 2005 o prêmio Professores Brasil pelos projetos pedagógicos implantados na instituição. Em agosto de 2007 foi iniciado na escola um projeto de seqüência didática onde se discutiu a valorização dos afrodescentes e o despertar das crianças para a consciência negra.

Observa-se que as pessoas da comunidade admiram e sentem orgulho de seus filhos estudarem nessa escola, até porque é uma das poucas instituições infantis em boas condições físicas e pedagógicas existentes no bairro.

7.1.3 Colégio Literato



Figura 05 – Colégio Literato: Turma maternal: alunos de três a quatro anos de idade
Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007



Figura 06 – Colégio Literato: Playground
Fonte: Pesquisa direta, agosto de 2007

Em visita técnica realizada em agosto de 2007, ao Colégio Literato foram identificados os seguintes fatores: A escola é uma instituição particular localizada no bairro do Olho D'água em São Luís e atende alunos de classe média e alta desde a Educação Pré-escolar até o Ensino Médio.

A Educação Pré-escolar, isolada do Ensino Fundamental e Médio, possui área verde com playground e brinquedos em plástico e madeira para a segurança das crianças, possui ainda videoteca e cozinha infantil. São duas professoras por turma e com no máximo vinte alunos por sala de aula. Os banheiros e mobiliário são adaptados para uso infantil. A utilização das áreas de esporte é compartilhada em horários alternados com as turmas das séries do fundamental e médio.

As instalações são amplas e adequadas às diretrizes do MEC e Legislação Municipal. A escola proporciona a prática de esportes e possui sólida organização psicopedagógica.

7.2 A comunidade potencial: o Bairro da Liberdade - São Luís/MA

A localidade escolhida para a implantação da creche-escola foi o Bairro da Liberdade, por se tratar de uma comunidade de acentuada densidade demográfica, com altos índices de pobreza e de criminalidade.

Foi realizada na área, uma pesquisa por amostragem, onde dez famílias foram visitadas, mas foi a liderança comunitária, o fator que mais pesou para a

definição da estrutura escolar, tendo em vista o conhecimento aprofundado da realidade em que vivem essas famílias.

Esse bairro possui uma massa de moradores de classe baixa, muitos abaixo da linha de pobreza. Em meados dos anos 50, o bairro era chamado de “Matadouro”, seu primeiro nome, pelo fato de na sua localização, está situado um centro de abatimento de gado proveniente da baixada maranhense.

Segundo um de seus moradores, o senhor Antonio Fernando Reis, esse abatedouro era um importante centro de distribuição de carne bovina, que chegava através de barcos grandes e pesados, pois o porto que desenhava o bairro às margens do Rio Anil, na época, era profundo o suficiente para tal atividade. Recebia também animais através da estrada de ferro que ligava o Maranhão ao Piauí, hoje um trecho da Avenida Luís Rocha.

O nome do bairro foi mudado em meados da década de 70 para “Liberdade”. Um bonito nome com vistas a novos horizontes, já que diante de altos índices de criminalidade, o nome “Matadouro” soava como uma sinistra coincidência, e eventualmente agravava a situação.

Essa comunidade, formada na periferia próxima ao centro da cidade e às margens do Rio Anil, foi fruto da industrialização têxtil maranhense ocorrida no período de 1940 a 1960, mais precisamente da Companhia Fabril Maranhense, localizada no que hoje chamamos de Canto da Fabril e A Companhia de Fiação de Tecidos Maranhense, no Bairro da Camboa. Ambas foram as principais responsáveis pela ocupação das áreas por parte da classe operária.

A população para satisfazer as necessidades do setor industrial, deslocava-se para o eixo mais próximo. Toda área localizada no vetor das fábricas torna-se povoada, resultado de uma segregação do espaço urbano, derivado da inexistência de transporte coletivo eficiente, alegava-se uma tarefa de enorme desgaste físico mental, implicando em custos financeiros e sociais mais elevados. A força de trabalho, utilizada, foi basicamente recrutada entre a população urbana sendo mais da metade dos postos de trabalho, ocupado por mulheres e menores (PONTES, 2007, p. 1).

Esse era o perfil dos fundadores do bairro da Liberdade na primeira metade do século XX. Uma população recém saída da escravidão, a maioria oriunda das cidades do interior do Maranhão, miserável e sem perspectivas de ascensão social.

Segundo o atual presidente da União de Moradores do Bairro da Liberdade, o sr. Jeilson de Jesus Alves Soares, essa comunidade que foi se

formando na década de 40, decorrente do êxodo rural e do processo de industrialização da cidade, passou a realizar ocupações espontâneas chegando até os manguezais, levando parcelas significativas da população a residirem em palafitas e formando um bolsão de pobreza composto por um aglomerado de favelas como as atuais: Mangue Seco, Maruim, 1ª travessa e Vila Verde. Comunidades essas vitimadas por problemas como a fome, falta de saneamento básico, educação, trabalho e degradação ambiental. Um quadro que não poderia ser diferente com a maioria da comunidade sobrevivendo com uma média de R\$ 100,00 (cem reais) por família, ou seja, uma renda miserável.

De acordo com uma planta elaborada pelo Exército Brasileiro em 1980, realizada a partir de dados planialtimétricos colhidos em 1976, o bairro resumia-se a um eixo principal formado pelas ruas Gregório de Matos e Epitácio Pessoa, tinha a forma de uma semi-península, onde as ruas secundárias em sua maioria desembocavam no manguezal. Nessa época, as famílias viviam em palafitas, a mercê do sobe e desce da maré. Uma grande distância de manguezal separava o Bairro da Liberdade de seu vizinho Camboa como demonstra a figura n.º 07:

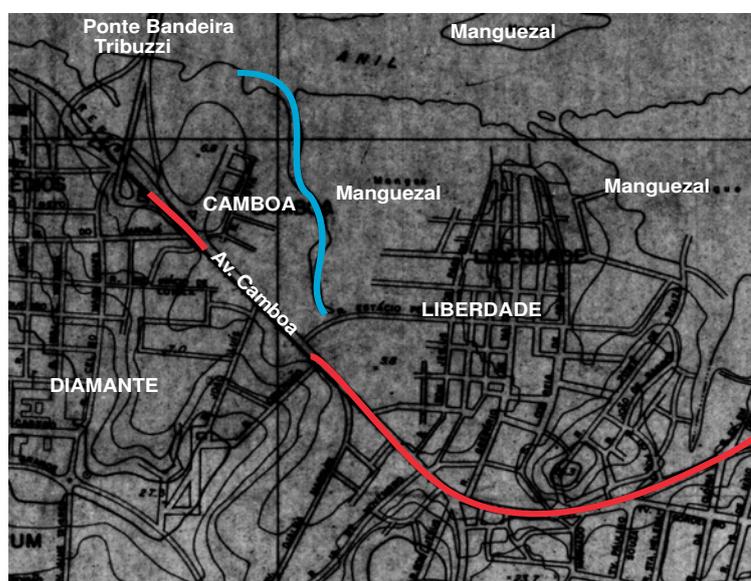


Figura 07: O bairro da Liberdade em 1976
 Fonte: Diretoria de Serviço Geográfico do Exército Brasileiro

As primeiras iniciativas de estruturação do bairro foram realizadas por volta de 1985, com a implantação da praça principal e do conjunto habitacional Promorar, que foi uma iniciativa de assentar as famílias de baixa renda, pela Prefeitura Municipal de São Luís durante o governo da então Prefeita Gardênia Castelo.

A iniciativa não foi suficiente para uma comunidade pobre e numerosa. Sendo assim, a expansão das palafitas cada vez mais para dentro dos manguezais continuava.

Trinta e um anos depois, a configuração do bairro revela o desaparecimento do imenso manguezal entre Camboa e Liberdade, e a ampliação de subcomunidades as quais, se iniciaram como pequenas casas de tábua sobre a maré e hoje, são áreas extensas, asfaltadas e com serviços de água, esgoto e coleta de lixo, já integradas ao traçado da cidade.



Figura 08 : O Bairro da Liberdade em 2007

Fonte: Google Earth, 2007

Os fatores sócio-econômicos os quais deram origem ao bairro, a tímida tentativa de assentar famílias em um conjunto habitacional sem um número suficiente de casas aliados a falta de boas escolas, lugares para práticas desportivas e investimentos na qualificação profissional dos moradores, contribuíram para que a comunidade da Liberdade se tornasse um dos bairros mais violentos de São Luís, com altos índices de homicídios, roubos, latrocínios e arrombamentos. Sendo que a maioria das vezes esses crimes são cometidos por jovens e adolescentes.

Hoje o Bairro da Liberdade possui infra-estrutura básica, incluindo ruas asfaltadas, coleta de lixo regular, abastecimento de água e esgoto, escolas infantis e de ensino fundamental, mercado, toda uma rede de pequenos comércios que sustentam o bairro. Mas é preciso mais. A população carece de mais investimentos principalmente no aspecto educacional. A criação de escolas principalmente para crianças, como mostra os dados estatísticos colhidos na pesquisa de campo com os moradores e mais capacitação de trabalho para jovens e adultos, ajudarão a diminuir os índices de violência e pobreza resultando na melhoria das condições de vida da comunidade.

7.3 As Creches, Pré-escolas e Escolas existentes no Bairro da Liberdade

No bairro existem vários estabelecimentos de Ensino que atendem desde a Educação Infantil às séries finais do Ensino Fundamental. Localizam-se também duas creches, uma de caráter Estadual a Creche Maria de Jesus Carvalho, que a princípio situa-se no Bairro da Camboa, mas que pela proximidade dos bairros acaba atendendo crianças das localidades mais próximas; e ainda a Creche “Olhar de Maria”, uma instituição filantrópica.

Para a Educação Infantil ainda existem várias pré-escolas, porém a maioria são comunitárias e suas instalações são improvisadas. Localizam-se no Bairro, três pré-escolas da rede pública: o CEB Paulo Freire, U.E Dayse Linhares de Sousa e a U.I Mário Andreazza Júnior. E para a educação fundamental de 1ª a 8ª série, temos a U.I “Estado do Pará” e a U.I Mário Andreazza.

Mesmo com um número significativo de instituições de ensino, de acordo com os moradores, o Bairro carece de mais instituições, tendo em vista a forte demanda.



Figura 09 : Instituições de Ensino existentes do Bairro da Liberdade
 Fonte: Google Earth, 2007

LEGENDA

- Terreno para implantação do ante-projeto
- Escola de Ensino Fundamental
- Escola de Educação Infantil
- Escola de Ensino Médio
- Mercado da Liberdade
- 8º Distrito Policial
- Praça do Viva Liberdade

7.4 Pesquisa de Campo

Com o objetivo de traçar o perfil dos moradores do Bairro e verificar o nível de aceitação de uma Instituição do tipo Creche-escola, foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram visitadas dez famílias de algumas das subcomunidades da área. Os resultados foram os seguintes:



Gráfico 1 - Atividades exercidas pelos chefes de família (10 entrevistados)
Fonte: Pesquisa Direta, 2007

As atividades desenvolvidas pelos chefes de família, como mostra o gráfico acima, demonstram o nível de escolaridade dos moradores. Dos entrevistados, 10% não concluíram o ensino fundamental, 30% conseguiram concluir apenas os estudos até a 8ª série e 60% possuem até o curso médio. Pela falta da continuidade da vida escolar ou acadêmica, não conseguem empregos com remunerações adequadas aos seus gastos básicos, ver gráfico 2.

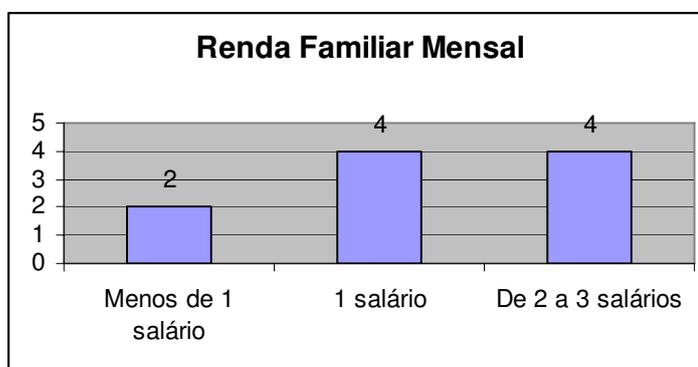


Gráfico 2 – Renda Familiar Mensal em salários mínimos
Fonte: Pesquisa Direta, 2007

Em relação à quantidade de pessoas que moram na mesma casa, foram observados dois casos que revelam a acentuada densidade populacional do Bairro. Duas famílias com respectivamente, 17 e 21 pessoas dividindo a mesma residência. Ver gráfico 3:

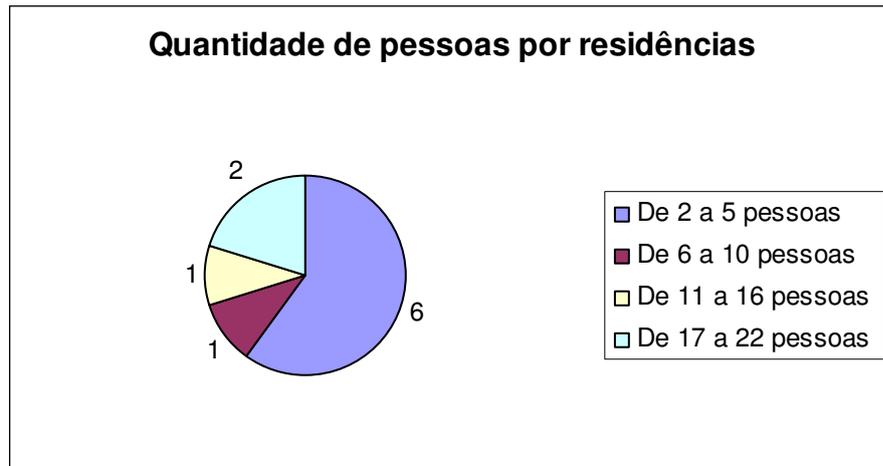


Gráfico 3 - Quantidade de pessoas por residência (10 residências)
Fonte: Pesquisa Direta, 2007

Há uma considerada demanda de crianças na faixa etária de zero a dez anos de idade:

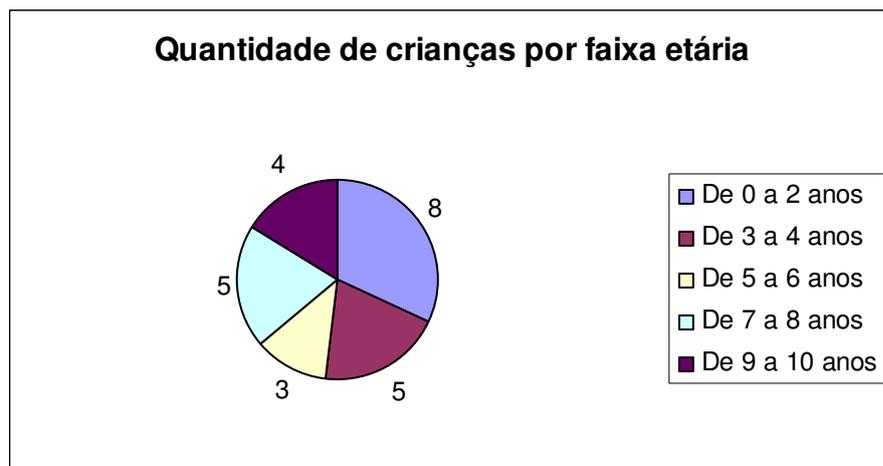


Gráfico 4 - Quantidade de crianças por faixa etária
Fonte: Pesquisa Direta, 2007

A maioria dos entrevistados, quando precisam sair de casa, deixa seus filhos na casa de parentes. E em apenas um caso, as crianças, em algumas vezes, são deixadas sozinhas. Ver gráfico 6:

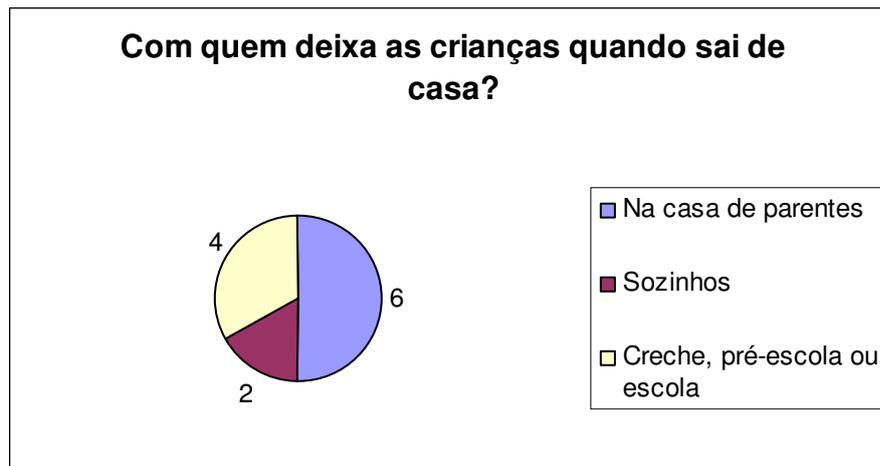


Gráfico 5 - Com quem os pais deixam seus filhos quando saem de casa
Fonte: Pesquisa Direta, 2007

O gráfico a seguir demonstra que o índice de aceitação da implantação de uma Creche-Escola no Bairro da Liberdade, de acordo com as dez famílias entrevistadas, é absoluto:

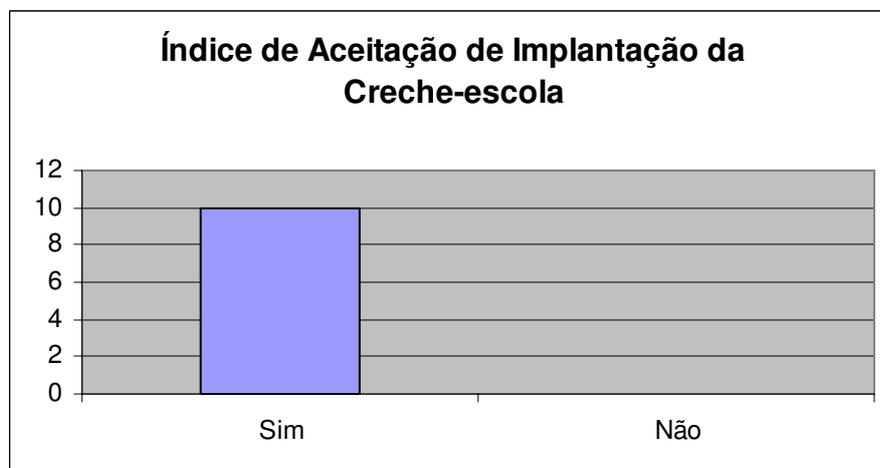


Gráfico 6 – índice de Aceitação de Implantação da Creche-escola
Fonte: Pesquisa Direta, 2007

7.5 Dados Gerais Sobre o Terreno

O Bairro da Liberdade não possui grandes terrenos disponíveis para construções de interesse da comunidade. Nesse caso, com o auxílio da liderança comunitária foram encontrados lotes que reunidos permitirão a implantação de uma

unidade de creche-escola. A área possui traçado irregular resultante das incorporações de lotes de diferentes tamanhos. Ver Figura 10, 11 e 12 e 13 e 14:

A disponibilidade dessas áreas e a Localização foram fatores decisivos para a escolha do terreno.



Figura 10 : Terreno Original, Incorporações Vizinhas e Entorno
Fonte: Google Earth, 2007



Figura 11 : Área para Implantação do Ante-Projeto
Fonte: Reis, Rosiane Bandeira



Figura 12 : Área para Implantação do Ante-Projeto
Fonte: Reis, Rosiane Bandeira

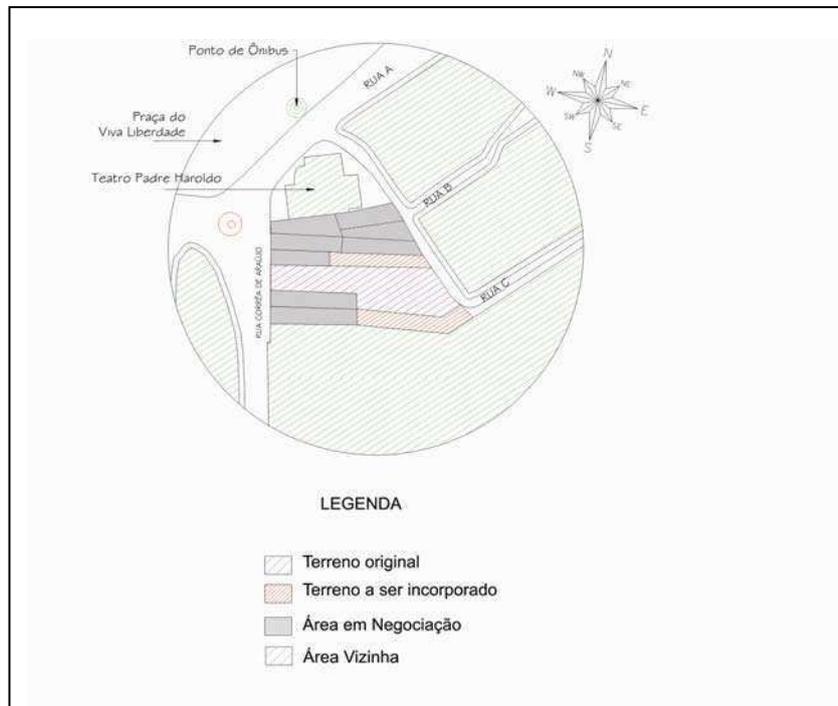


Figura 13 : Terreno original e Incorporações Vizinhas
Fonte: Reis, Rosiane Bandeira

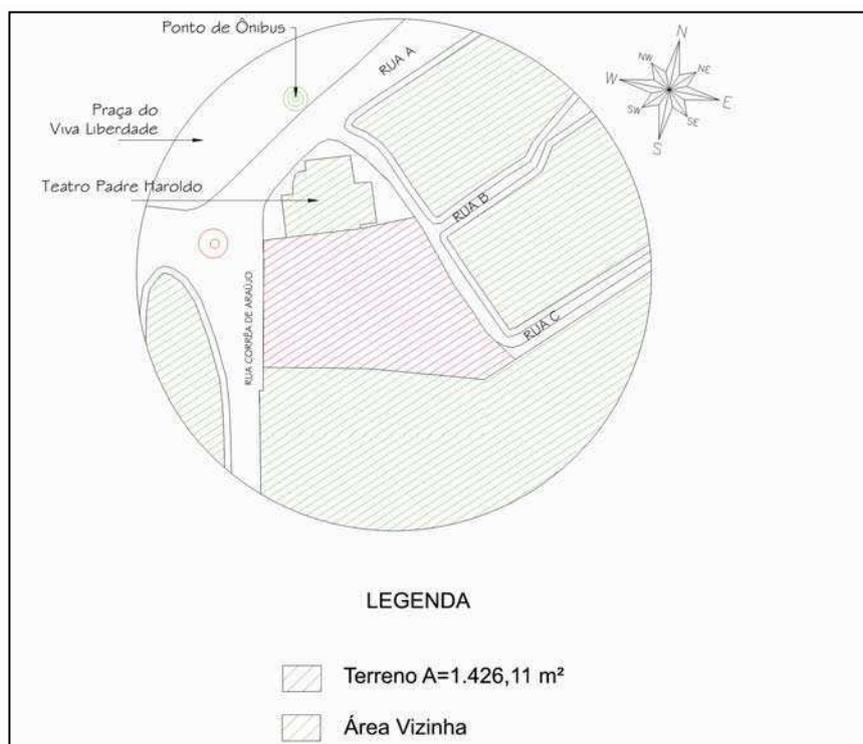


Figura 14 : Terreno para implantação do anteprojeto da Creche-Escola
Fonte: Reis, Rosiane Bandeira

7.5.1 Lei Municipal de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

O Bairro da Liberdade classifica-se na Zona de Interesse Social 1 - ZISI, de acordo com o Plano Diretor de São Luís de 1992. Sendo assim, obedece à seguinte sessão e seus respectivos artigos:

Seção XXI

Zona de Interesse Social 1 – ZIS1

Art. 99 – São considerados como Zona de Interesse Social 1 os espaços indicados nos mapas constantes desta Lei.

Art. 100 – Os usos permitidos e proibidos nesta Zona estão descritos na tabela anexa à presente Lei.

Art.101 – O parcelamento das áreas e suas ocupações dão-se mediante análises e diretrizes específicas da Prefeitura para cada caso, considerando a realidade existente no local.

A tabela a seguir define os afastamentos e números de pavimentos permitidos:

TABELA 03: Afastamentos e número de pavimentos nas ZIS1

AFASTAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS					
	1	2-3	4-5*	6-8**	9-12**	13-15**
LATERAL PRINCIPAL (m)	1,5	2,5	3,5	5,00	7,00	10,00
LATERAL SECUNDÁRIA (m)	1,5	2,00	3,00	4,00	6,00	9,00
FUNDOS (m)	1,5	2,00	3,00	5,00	7,00	10,00

Fonte: Legislação Urbanística Básica de São Luís, 1992.

Em setembro de 2006, foram realizadas algumas modificações e complementos no Plano Diretor de São Luís. Dentre elas segue abaixo o trecho ligado às Zonas de Interesse Social:

* Com até mais um pavimento de garagem

** Com até mais de dois pavimentos de garagem

Seção XI
Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)

Art. 152. As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas ocupadas por habitações subnormais e loteamentos irregulares de baixa renda ou áreas onde haja concentração de imóveis desocupados ou deteriorados, e vazios urbanos dotados de infra-estrutura com potencial de implantação de lotes urbanizados e/ou novas moradias populares.

Art. 153. São objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):

I - estabelecer condições especiais para a regularização fundiária de assentamentos subnormais e ampliar a oferta de moradia;

II - estimular a permanência da população de baixa renda das áreas regularizadas e/ou beneficiadas com investimentos públicos.

Art. 101 – O parcelamento das áreas e suas ocupações dão-se mediante análises e diretrizes específicas da prefeitura para cada caso, considerando a realidade existente no local (SEMED, 2007).

Segundo o novo Plano Diretor de São Luís, o Bairro está classificado como Área de Qualificação em relação ao Macrozoneamento Urbano da cidade como mostra a tabela 04 a seguir:

Tabela 04 – Macrozoneamento Urbano de São Luís

MACROZONEAMENTO URBANO DE SÃO LUÍS			
ÁREAS DE QUALIFICAÇÃO			
CARACTERÍSTICAS	OBJETIVOS	INSTRUMENTOS	BAIRROS
<p>- Apresentam infra-estrutura básica precária;</p> <p>- Caracterizam-se pela concentração de assentamentos espontâneos;</p> <p>- São áreas ocupadas predominantemente por população de baixa renda e baixo nível de escolaridade;</p> <p>- Áreas com baixa valorização para o mercado imobiliário.</p>	<p>- Completar e melhorar a infra-estrutura;</p> <p>- Incentivar a construção de Habitações de Interesse Social,</p> <p>- Melhorar o acesso com transporte coletivo;</p> <p>- Regularização fundiária;</p> <p>- Gerar empregos;</p> <p>- Criar novas centralidades e espaços públicos, implantando equipamentos e serviços.</p>	<p>- Outorga Onerosa mais barata;</p> <p>- Operações Urbanas;</p> <p>- Prioridade para implantação de equipamentos sociais</p> <p>- Parcelamento, edificações e utilização compulsórios;</p> <p>- Desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública;</p> <p>- Direito de preempção;</p> <p>- Usucapião especial de imóvel urbano;</p> <p>- Direito de superfície;</p> <p>- Projeto de urbanização local (eixos e pólos de centralidades);</p> <p>- Concessão de direito real de uso;</p> <p>- Concessão especial de uso para fins de moradia;</p> <p>- ZEIS;</p> <p>- Transferência do direito de construir.</p>	<p>Parte da Camboa, Liberdade, Fé em Deus, parte da Alemanha, parte Ivar Saldanha, Vila Palmeira, Santa Cruz, parte do Anil, Novo Angelim, parte do Cruzeiro do Anil, Vila Isabel Cafeteira, Aurora, Parque Guanabara, Planalto Aurora, Sítio São José, João de Deus, Vila Conceição, São Bernardo, Vila Brasil, Maiobinha, Vila santa Terezinha, Recanto dos Signos, Santa Efigênia, Recanto dos Pássaros, Vila América, Jardim América Central, Vila Jeniparana, Conj. Residencial Jeniparana, jardim América, Vila Janaína, Cidade Olímpica, Santa Clara, Conjunto Habitar, Santa Bárbara, Vila Vitória, Cruzeiro Santa Bárbara, Vila Cascavel, Jardim São Raimundo, Conj. São Raimundo, Loteamento Valeam, Vila Airton Senna parte do Tirirical, Alameda dos Sonhos, Vila Lobão, Vila Roseana Sarney, Pirapora, Santo Antônio, Coheb, Sacavém, Salinas Sacavém, Túnel Sacavém, Coroadinho, Vila Conceição, Vila dos Frades, Bom Jesus, Conj. Dom Sebastião, Vila dos Nobres, Primavera, parte do João Paulo, Bairro de Fátima, Areinha, Sá Viana, Jambeiro, Vila Embratel, Vila Bacanga, Vila Dom Luís, Vila Isabel, Gancharia, Alto da Esperança, São Raimundo, Vila Arirí, Fumacê, Mauro Fecury I, Mauro Fecury II, Vila São Luís, Rio Anil, Japão, Matões, Parque Vitória, parte do Olho D'Água, Cantinho do Céu, Conj. Manoel Beckman, Vila 7 de setembro, Vila Regina, Residencial Eperança, Recanto Fialho, Vila Cruzado, Vila União, Jardim Monterey, parte de belo Horizonte, Parque Olinda, Vila Roseana, Vila Idependente, Vila Menino Jesus de Praga, parte do Jaracaty, parte do São Francisco, Ilhinha, Vila Nova, Coroado, Redenção, Anjo da Guarda.</p>

Fonte: Plano Diretor do Município de São Luís, setembro de 2006

7.6 Programa de Necessidades

O programa de necessidades atenderá ao número de alunos e profissionais que utilizarão a instituição descrito na tabela N.º 05 e N.º 06 a seguir:

TABELA 05: Capacidade de Atendimento

Turmas	Faixa Etária de Atendimento	N.º de crianças por turma
Maternal I	De 02 a 03 anos	15
Maternal II	De 03 a 04 anos	15
Pré-escola I	De 04 a 05 anos	20
Pré-escola II	De 05 a 06 anos	20
Turma de Alfabetização	De 06 a 07 anos	25
1ª Série Fund.	De 07 a 08 anos	25
2ª Série Fund.	De 08 a 09 anos	25
3ª Série Fund.	De 09 a 10 anos	25
4ª Série Fund.	De 10 a 11 anos	25
TOTAL: 195 crianças por turno		

Fonte: Reis, Rosiane Bandeira

Observações:

- O atendimento será por turno (matutino e vespertino), portanto a capacidade para o atendimento às crianças será dobrada, ou seja, 390 crianças;
- O número de crianças atendidas pela instituição alvo desse trabalho, está baseado no Projeto de Lei Federal nº 597/07 que altera dispositivos da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Vol. 2 de 2006, e em estudos da pesquisadora (RIZZO, 2000):

TABELA 06: Número de Funcionários

Ambiente	Funcionários
Secretaria/Arquivo morto	01 secretário, 01 arquivista
Gabinete da direção	01 diretor, 01 assessor
Gabinete do orientador pedagógico	01 pedagogo, 01 Assistente
Sala dos educadores Infantil	05 professores
Sala dos educadores 1ª etapa do fundamental	04 professores
Almoxarifado.	01 almoxarife
Cozinha	01 cozinheira e 01 assistente
Serviços Gerais	03 zeladores
Vigilância	01 vigia
Total	21 profissionais

Fonte: Reis, Rosiane Bandeira

Observação: O número de funcionários está baseado em estudos da pesquisadora Rizzo (2000), em entrevistas durante as visitas técnicas.

A seguir a tabela 07 demonstra o pré-dimensionamento para as salas de atividades:

TABELA 07: Pré-dimensionamento das Salas de Atividades

Turmas	N.º de crianças por turma	N.º de Turmas	Pré-Dimensionamento	Pré-Dimensionamento (Área Mínima)
Maternal I	16	01	Nº alunos x 2,50 m [*]	16 X 2,00 = 32,00 m ²
Maternal II	20	01	Nº alunos x 2,00 m [*]	20 X 2,00 = 40,00 m ²
Pré-escola I	20	01	Nº alunos x 2,00 m [*]	20 X 2,00 = 40,00 m ²
Pré-escola II	20	01	Nº alunos x 2,00m [*]	20 X 2,00 = 40,00 m ²
Turma de Alfab.	25	01	N.º alunos x 1,20 m ^{**}	25 X 1,20 = 30,00 m ²
1ª Série Fund.	25	01	Nº alunos x 1,20 m ^{**}	25 X 1,20 = 30,00 m ²
2ª Série Fund.	25	01	Nº alunos x 2,00 m ^{**}	25 X 1,20 = 30,00 m ²
3ª Série Fund.	25	01	Nº alunos x 1,20 m ^{**}	25 X 1,20 = 30,00 m ²
4ª Série Fund.	25	01	Nº alunos x 1,20 m ^{**}	25 X 1,20 = 30,00 m ²

Fonte: Reis, Rosiane Bandeira

Baseando-se nas tabelas descritas acima, segue o Programa de Necessidades e Pré-dimensionamento:

TABELA 08: Programa de Necessidades

Plano de Necessidades e Pré-Dimensionamento	
Área de Uso Administrativo = 178,96 m²	
Ambientes	Pré-Dimensionamento
Hall de Entrada	34,71 m ²
Secretaria	13,56 m ²
Almoxarifado	9,33 m ²
Arquivo Morto	9,35 m ²
Diretoria	13,30 m ²
Coordenação Pedagógica	13,01 m ²
Sala de Reuniões	14,50 m ²
Sala dos Educadores Ed. Infantil	19,92 m ²
Banheiro de Funcionários Fem.	7,41 m ²
Banheiro de Funcionários Masc.	7,81 m ²
Banheiro de Funcionários PPNE	3,72 m ²
Sala dos Educadores Ed. Fundam.	19,22 m ²
Banheiro de Funcionários Sala de Leitura	7,41 m ²
Banheiro do público em geral	5,71 m ²

* Segundo Ministério da Saúde

** Segundo Legislação Urbanística Básica de São Luís

Plano de Necessidades e Pré-Dimensionamento	
Áreas de Uso Infantil_Creche e Pré-Escola = 186,20 m²	
Ambiente	Pré-Dimensionamento
Sala de Atividades do Maternal I	39,12 m ²
Banheiro do Maternal I	2,65 m ²
Sala de Atividades do Maternal II	39,12 m ²
Banheiro do Maternal I	2,65 m ²
Sala de Atividades Pré-escolar I	42,00 m ²
Sala de Atividades Pré-escolar I	42,00 m ²
Banheiro do Pré-escolar Feminino	9,33 m ²
Banheiro do Pré-escolar Masculino	9,33 m ²
Plano de Necessidades e Pré-Dimensionamento	
Áreas de Uso da 1ª etapa do Ensino Fundamental = 344,44 m²	
Ambiente	Pré-Dimensionamento
Sala de Atividades Turma de Alfabetização	36,82 m ²
Sala de Atividades da 1ª série	42,00 m ²
Sala de Atividades da 2ª série	42,00 m ²
Sala de Atividades da 3ª série	42,00 m ²
Sala de Atividades da 4ª série	42,00 m ²
Banheiro Alunos Feminino	7,41 m ²
Banheiro Alunos Masculino	7,81 m ²
Banheiro Alunos PPNE	3,72 m ²
Ateliê	28,74 m ²
Laboratório de Ciências	28,05 m ²
Laboratório de Informática	31,99 m ²
Sala de Leitura	31,90 m ²
Plano de Necessidades e Pré-Dimensionamento	
Áreas para Recreação e Vivência = 207,33 m²	
Ambiente	Pré-Dimensionamento
Playground	56,38 m ²
Pátio	90,89 m ²
Jardim Central	25,35 m ²
Hall para as salas do Fundamental	34,71 m ²
Plano de Necessidades e Pré-Dimensionamento	
Área de Serviço e Alimentação = 95,53 m²	
Ambiente	Pré-Dimensionamento
Refeitório	37,10 m ²
Cozinha/ Copa e Distribuição	17,50m ²
Deposito de Lixo	3,64 m ²
Despensa	2,71 m ²
Triagem	1,50 m ²
Banheiro Funcionários Feminino/Serviço	6,79 m ²
Banheiro Funcionários Masculino/Serviço	5,48 m ²
Apoio/ Serviço	17,11 m ²
DML	3,70 m ²

Fonte: Reis, Rosiane Bandeira

7.7 Fluxograma Geral

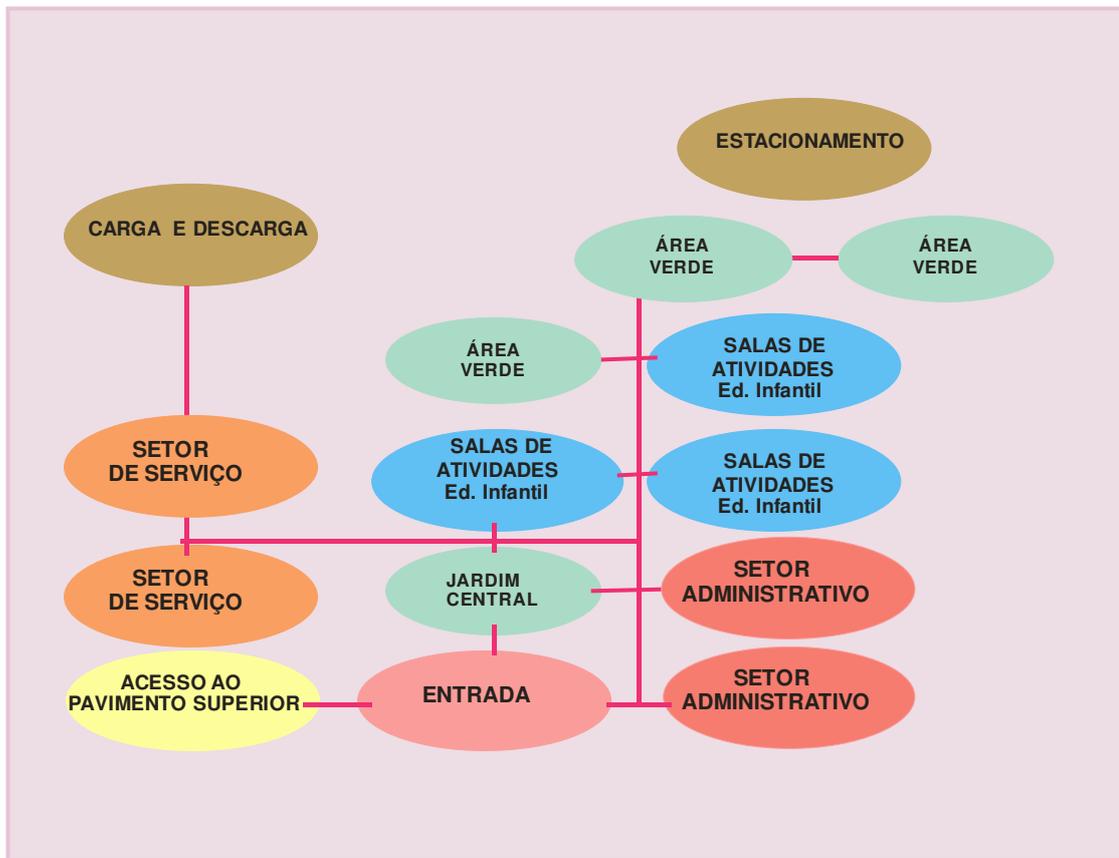


Figura 15 - Fluxograma Geral_Pavimento Térreo

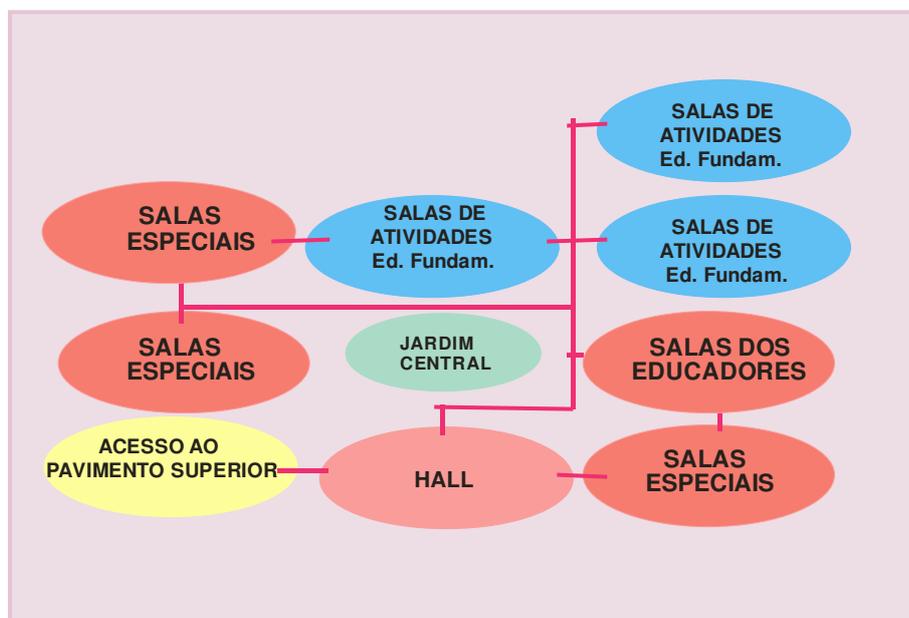


Figura 16 - Fluxograma Geral_Pavimento Superior

8 O PARTIDO ARQUITETÔNICO

O partido Arquitetônico adotado foi em detrimento da natureza do terreno de pequenas dimensões e forma irregular.

Procurou-se possibilitar uma edificação alegre, colorida e acolhedora. Nas salas de atividades, as tonalidades pastéis foram as mais utilizadas, isso para possibilitar a permanência no ambiente sem a interferência no aprendizado. As cores vibrantes foram usadas principalmente na fachada para servir de convite às crianças, ou seja, através da percepção dessas cores, sintam-se tentadas a entrar na Instituição.

A organização dos ambientes se deu a partir do estudo das condições ambientais da área, fatores como iluminação, insolação e ventilação foram primordiais na concepção do anteprojeto. Nesse contexto a criança foi o elemento central de toda a estruturação escolar. As salas de atividades e espaços para as brincadeiras, ocuparam as áreas mais privilegiadas do terreno, com ventilação apropriada e sol da manhã.

Utilizou-se um jardim central descoberto que, além de poço de iluminação e exaustão, permite a organização dos ambientes em sua volta, compactando assim a área construída. Esse jardim também possibilita a convivência social entre alunos, professores e funcionários.

A creche-escola está dividida em dois pavimentos, o Térreo que acomoda a Educação infantil, ou seja, os alunos de dois a quatro anos, além do setor administrativo, de apoio e serviço, banheiros infantis, de funcionários, de público em geral e as áreas para playground e pátio de recreação.

A área térrea deixada para as crianças menores evitou o desconforto, de subirem e descerem rampas e escadas e proporcionou maior segurança às mesmas. Essa determinação é assegurada pelo MEC e Vigilância Sanitária.

Nas salas de atividades do nível maternal, os banheiros são acoplados as mesmas, isso para facilitar no trabalho das professoras, que não precisam sair da sala para acompanhar o aluno ao banheiro. Os banheiros do nível pré-escolar situam-se fora das salas de aula, e assim como os das salas de maternal são adaptados para uso infantil e de PPNE (portadores de necessidades especiais).

Na área com maior irregularidade em suas dimensões naturais estão o playground e o pátio para recreação. Essa solução tornou-se ainda mais adequada

considerando que nessa localidade a ventilação é abundante e o sol da tarde não interfere no andamento das atividades externas.

O Setor Administrativo está localizado próximo a entrada da Instituição, isso para possibilitar o fácil acesso aos pais e pessoas que vem da rua. Sua localização também possibilita o rápido acesso dos membros e assessores da administração a qualquer local da creche-escola, inclusive ao pavimento superior.

O Setor de Serviço localizou-se estrategicamente na parte posterior do terreno que dá para uma rua onde será feito o serviço de carga e descarga. Isso ocorreu pela praticidade, higiene e segurança.

Praticidade pelo fato do acesso direto da mercadoria para o setor de serviço, sendo assim, evitam-se transtornos ligados ao tempo e ao andamento do trabalho tanto de carga e descarga, quanto nas atividades educacionais. Higiênico, porque dessa forma evita-se o contato com agentes de proliferação de bactérias que podem estar presentes nos outros ambientes da instituição. E segurança no que tange as crianças, pois de forma alguma podem manter contato com materiais e produtos de limpeza, evitando os malefícios podem causar a saúde. O estacionamento também está localizado nessa localidade na parte posterior do terreno.

O acesso ao pavimento superior é realizado através de uma rampa de declividade igual a 8,33% e com largura de dois metros. Isso para facilitar um melhor fluxo e a acessibilidade aos PPNE. Ao longo da Instituição foram projetadas a cada mudança de nível, pequenas rampinhas para facilitar o acesso de cadeirantes e carrinhos de bebê. Para o conforto das circulações, larguras entre três metros e um metro e meio.

O Pavimento Superior acomoda a 1ª etapa do Ensino Fundamental, ou seja, os alunos de seis a dez anos, cujas salas são a de Alfabetização e as de 1ª a 4ª séries. Nele estão as salas especiais que servem de apoio ao ensino como Laboratório de Informática e de Ciências, Ateliê e Sala de leitura. Nesse pavimento localizam-se ainda os banheiros dos alunos e a salas dos professores do fundamental. O hall principal desse pavimento serve de área de convivência.

As fachadas da Edificação possuem formas e materiais simples, possibilitando uma melhor interação com as instituições já implantadas na área. Dentre os materiais foram utilizadas tintas laváveis, revestimentos cerâmicos nas jardineiras e platibandas.

Na cobertura foram utilizadas lajes simples, impermeabilizadas, telhas cerâmicas e policarbonato para a percepção de luz natural.

O partido arquitetônico adotado tem como objetivo revelar um espaço alegre, divertido e agradável para a educação de crianças.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou muitas descobertas sobre o mundo infantil e a importância da Educação para o desenvolvimento pleno das crianças.

Mostrou que, uma Creche- Escola Pública pode e deve estar dotada de um Planejamento Arquitetônico bem elaborado com vistas a possibilitar a facilidade e apreensão do aprendizado.

Diante dos conhecimentos acadêmicos adquiridos, o trabalho possibilitou a uma comunidade carente, o ato de ser ouvida e entendida e despertou o desejo de que a instituição seja executada, para assim cumprir a tarefa de marcar de forma positiva o início da vida escolar de uma parcela significativa das crianças do Bairro da Liberdade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia Arruda. **História da educação**. 2 ed. Ver. E atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BARBIERI, Gisele. **Brasil, o descaso com a educação**. Disponível em: www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/news_item.2006-11-6.6195914258 . Acesso em: 18 out 2007.

BRASIL. **Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Diário oficial da união, 20/12/1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil : Encarte 1. Brasília : MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil. Brasília : MEC, SEB, 2006.

BUFFA, Ester. PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação**: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893 – 1871. São Paulo: EDUFSCAR, 2002.

CARRIJO, Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa. **Mudanças no Estado e Políticas Públicas para a Educação Infantil nos anos de 1990**: suas configurações na cidade de Uberlândia. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/posteres/menissabessacarrijo.rtf> Acesso: 12 nov 2007.

CENTRO de Referência Educacional. **Vygotsky e educação**. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.pro.br/vygotsky.html> Acesso em: 17 out 2007.

DORIGO, Helena Maria Giroto; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura do. **A Concepção Histórica sobre as crianças pequenas**: subsídios para pensar o futuro. Disponível em: [http:// revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/652/544](http://revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/652/544) Acesso em: 12 nov 2007.

GOULART, Ana Lúcia de Faria; PALHARES, Marina Silveira (orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 5. ed. Campinas. SP: Autores Associados. Coleção polêmicas do nosso tempo; p.62. 2005

HISTÓRIA da educação infantil. Disponível em:

http://www.uff.br/facedu/departamentos/docs_organizacao_mural/educacao_infantil_e_leis.doc Acesso em: 18 out 2007.

KUHLMANN, M. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1996.

MACHADO, Maria Lúcia de A. Desafios iminentes para projetos de formação de profissionais para educação infantil. **Caderno de Pesquisa**. n. 110 São Paulo, julho 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000200009&script=sci_arttext Acesso em: 13 nov 2007.

MONTESSORI, Maria. **Educação Infantil**. Disponível em:

http://www.glosk.com/BR/Distrito_Federal/-905986/pages/Educa%C3%A7%C3%A3o_infantil/33307_pt.htm Acesso em: 17 out 2007.

NEUFERT, Ernst. **A arte de projetar**. 7 ed. São Paulo: Gustavo Gille, 2000.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história, 1500-2000. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

NUNES, Juliana Cezar; FIORI, Milena. Conheça os principais pontos do Plano de Desenvolvimento da Educação. **Agência Brasil**. 19 mar 2007. Disponível em:

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/03/17/materia.2007-03-17.6777443686/view> Acesso em: 17 out 2007.

OLIVEIRA, Z. de M. **Creches**: crianças, faz de conta & CIA. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

ONLINE. **O problema da alfabetização não está no método, está na falta de estrutura das escolas**. Disponível em: http://www.aomestre.com.br/ent/b_ent.htm Acesso em: 28 maio 2007.

PONTES, Jairo Ives de Oliveira (org). EHRICH, Eline Fonteneles. SANTOS, Maria do Socorro et al. **Nova História do Maranhão**. São Luís: CEFET-MA, 2001.

PONTES, Jairo Ives de Oliveira (Org). **Nova história do Maranhão**. São Luís: CEFET, 1999. Disponível em: <http://www.cefet-ma.br/publicacoes/revista7.4.2.php> Acesso: 18 out 2007.

PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. **Manual para elaboração de projetos de edifícios escolares na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1996.

RAPOSO, Nívea Nunes. **Creche-Escola**: a criança e a brincadeira: anteprojeto de uma creche-escola pública para crianças de 0 a 6 anos. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Estadual do Maranhão, 2003.

RIZZO, Gilda. **Creche**: organização, currículo, montagem e funcionamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

RIZZO, Gilda. **Educação Pré-escolar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

SEB. **Educação Infantil**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=556> Acesso em: 18 out 2007.

SEMED. **São Luís te quero lendo e escrevendo**. Disponível em:

<http://www.saoluis.ma.gov.br/educacao/conteudo.aspx?idConteudo=1041> Acesso em: 03 dez 2007.

SEMTHURB. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Lei municipal de zoneamento, uso e ocupação do solo** – lei 3.253 de 29 de dezembro de 1992. São Luís: SEMTHURB, 1992.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIOS

APÊNDICE A – Questionário 1 – Moradores

1 IDENTIFICAÇÃO

Endereço: _____

N.º _____

Bairro: _____

2 DADOS DO MORADOR

Nome: _____ Sexo: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Atividade: _____

Situação do imóvel: _____

N.º de pessoas residentes no imóvel: _____

Homens: _____ Mulheres: _____ Crianças: _____ Total: _____

N.º de crianças nas seguintes faixas etárias:

0-2 anos: _____ 3-4: _____ 5-6: _____ 7-8: _____ 9-10: _____

Onde deixa as crianças quando sai para trabalhar?

Sozinhos em casa Na casa de parentes na casa de vizinhos em uma creche ou pré-escola Outros

3 NÍVEL DE RENDA

Alguns moradores possuem automóvel? sim não

Qual a renda familiar? (em salários mínimos)

não quis declarar não soube informar menos de 1 salário 1 salário de 2 até 3 salários

de 4 a 6 salários de 6 a 10 salários mais de 10 salários

4 DADOS SOBRE AS CRIANÇAS

- **As crianças na idade de 0 a 3 anos que residem no local, freqüentam alguma creche?**

Sim

Onde está localizada? próximo à sua residência no próprio bairro em outro bairro

Se localizada no próprio bairro ela atende a todas as crianças que moram nessa área?

sim não

Não

- **As crianças na idade de 4 a 6 anos que residem no local, freqüentam alguma pré-escola?**

Sim

Onde está localizada? próximo à sua residência no próprio bairro em outro bairro

Se localizada no próprio bairro ela atende a todas as crianças que moram nessa área?

sim não

Não

- **As crianças na idade de 7 a 10 anos que residem no local, freqüentam alguma escola?**

Sim

Onde está localizada? próximo à sua residência no próprio bairro em outro bairro

Se localizada no próprio bairro ela atende a todas as crianças que moram nessa área?

sim não

Não

- **Você acha necessária a instalação desse tipo de instituição em seu bairro?**

Sim

Não

APÊNDICE B – Questionário 2 – Instituições

1 IDENTIFICAÇÃO

Instituição: _____

Endereço: _____

Bairro _____

2 DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: _____

Idade _____

Atividade na instituição: _____

Atividade: _____

3 DADOS SOBRE A INSTITUIÇÃO

A Instituição é do tipo:

creche creche-escola pré-escola escola

A Instituição é do tipo:

gratuita particular

Se gratuita, recebe alguma ajuda?

sim não

Se recebe de quem é a ajuda?

do Governo Federal do Governo Estadual do Governo Municipal de Instituição Religiosa
 de uma ONG de pessoas físicas de pessoas jurídicas dos próprios pais das crianças

Qual a classe das crianças assistidas pela instituição?

alta média baixa

Qual o turno que as crianças desta instituição freqüentam?

matutino vespertino diurno

Se as crianças freqüentam a instituição durante todo o dia, a mesma oferece:

Banho? sim não

Todas as refeições? sim não
 quais? _____

As refeições oferecidas são feitas:

no refeitório na própria sala de aula

Os alimentos são preparados onde:

na cozinha da Instituição através de serviço terceirizado trazidos por pessoas da comunidade

Os alimentos são indicados e preparados seguindo instruções de um nutricionista?

sim não

A Instituição possui:

Berçário: sim não

Lactário: sim não

Sala de Estimulação: sim não

Sala de Repouso: sim não

Sala de atividades do maternal: sim não

Brinquedoteca: sim não

Sanitários especiais para crianças de acordo com a faixa etária: sim não

Lavanderia: sim não serviço terceirizado

Ambulatório: sim não

Área verde: sim não

Área ao ar livre com brinquedos (Playground)? sim não

Que tipos de atividades são desenvolvidas na instituição?

4 DADOS SOBRE OS FUNCIONÁRIOS

Quantos funcionários trabalham na instituição nas áreas de:

Orientação Pedagógica: _____

Assistência Social: _____

Atendimento Psicológico: _____

Ensino Maternal: _____

Ensino Pré-Escolar: _____

Ensino Escolar (de 1^a a 4^a séries): _____

Nutricionismo _____

Atendimento Médico _____

Cozinha e Refeitório _____

Serviço de Limpeza _____

Outros: _____

Anotações:

ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO



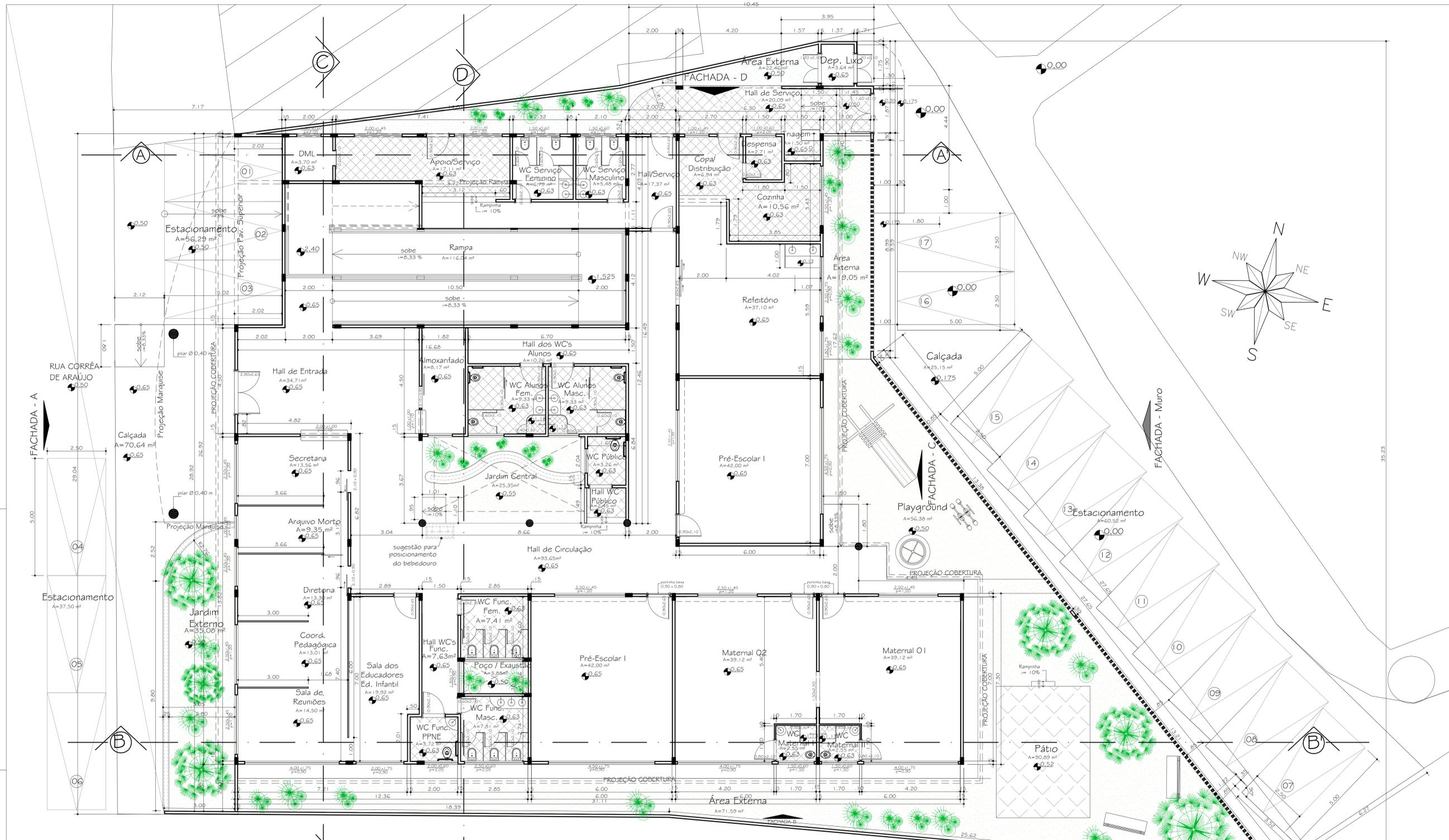
IMAGEM 01: VISTA FRONTAL



IMAGEM 02: VISTA FRONTAL



IMAGEM 03: VISTA POSTERIOR



Planta-Baixa_Térreo
Escala 1/75

QUADRO DE ÁREAS

Ambientes	Áreas (m²)	Áreas de Rampa, Externas e Descobertas
Pav. Térreo		
Hall de Entrada	34,71 m²	Rampa
Hall de Circulação	93,65 m²	Playground
Hall dos WC's Func.	7,63 m²	Pátio
Hall dos WC's Alunos	10,26 m²	Jardim Central
Hall/Service Interno	17,37 m²	Fogo de Exaustão
Hall/Service Externo	20,09 m²	Áreas Externas
Secretaria	13,36 m²	Calçadas
Almoxarifado	0,17 m²	Estacionamento
Arquivo Morto	9,35 m²	SUBTOTAL
Diretoria	13,30 m²	655,74 m²
Coordenação Pedagógica	13,01 m²	
Sala de Reuniões	14,50 m²	Pav. Superior
Sala dos Educadores Ed. Infantil.	19,92 m²	Hall
Sala de Ativ. Maternal I	39,12 m²	Hall de Circulação
Sala de Ativ. Maternal II	39,12 m²	Ateliê
Sala de Ativ. Pré-escolar I	42,00 m²	Laboratório de Ciências
Sala de Ativ. Pré-escolar II	42,00 m²	Laboratório de Informática
Refeitório	37,10 m²	Sala de Letoria
Cozinha	10,56 m²	Sala de Ativ. Alfabetização
Copa/Distribuição	6,94 m²	Salas de Ativ. 1ª Série
Dispensa	2,71 m²	Salas de Ativ. 2ª Série
Tnagem	1,50 m²	Salas de Ativ. 3ª Série
Apoyo e Serviço	17,11 m²	Salas de Ativ. 4ª Série
DML	3,70 m²	Sala dos Educadores do Eronofundamental
WC Serviço Masculino	A=6,79 m²	WC Func. Sala de Leitura
WC Serviço Feminino	A=5,48 m²	WC Func. Educadores Fund.
WC Funcion. Masculino	7,81 m²	WC Alunos FPNE
WC Funcion. Feminino	7,41 m²	WC Alunos Masculino
WC Funcion. FPNE	3,72 m²	WC Alunos Feminino
WC Público	5,71 m²	WC Alunos Maternal I
WC Alunos Masculino	9,33 m²	WC Alunos Maternal II
WC Alunos Feminino	9,33 m²	Depósito de Lixo
WC Alunos Maternal I	2,55 m²	SUBTOTAL
WC Alunos Maternal II	2,55 m²	581,69 m²
Depósito de Lixo	3,64 m²	
SUBTOTAL	581,69 m²	

PLT STYLES	LINE WEIGHT	COLOR
01	0.05	7
02	0.10	7
03	0.25	7
04	0.35	7
05	0.50	7
06	0.45	7
07	0.45	7

UEMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Tecnológicas-CCT
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU

Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto:
Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

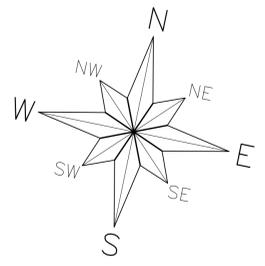
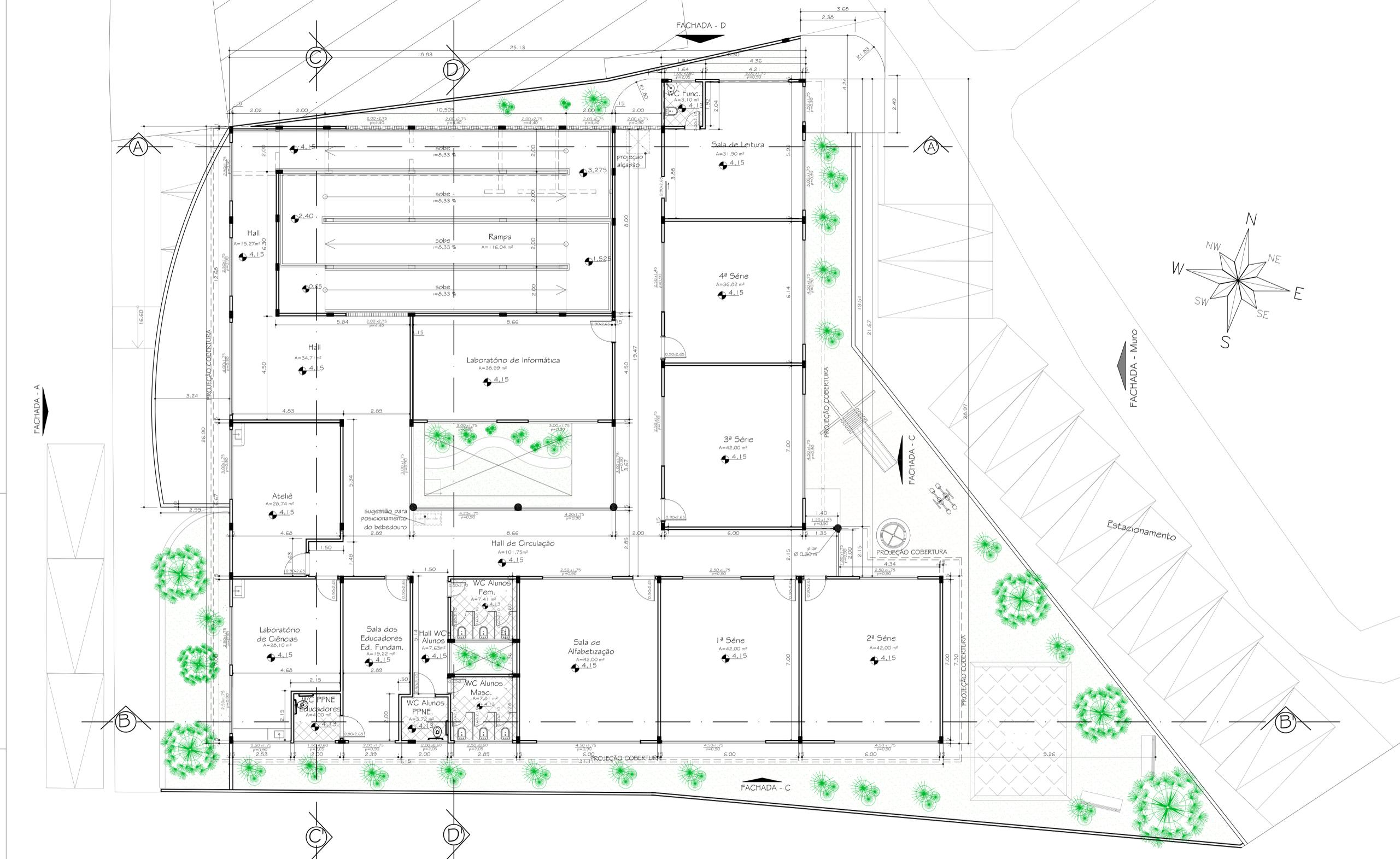
Zona: Localidade: Data:
Zona de Interesse Social I - ZIS1 São Luís-MA 10 / 12 / 2007

Autora: Código:
Rosiane Bandeira Reis 200213212

Fonte: Atualização: Prancha/Quant.
Prefeitura Municipal de São Luís da Autora

Discriminação: Escala:
PLANTA-BAIXA PAVIMENTO TÉRREO 1/75

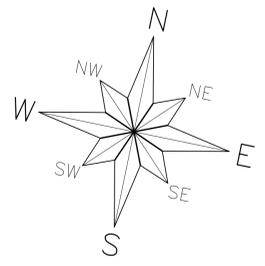
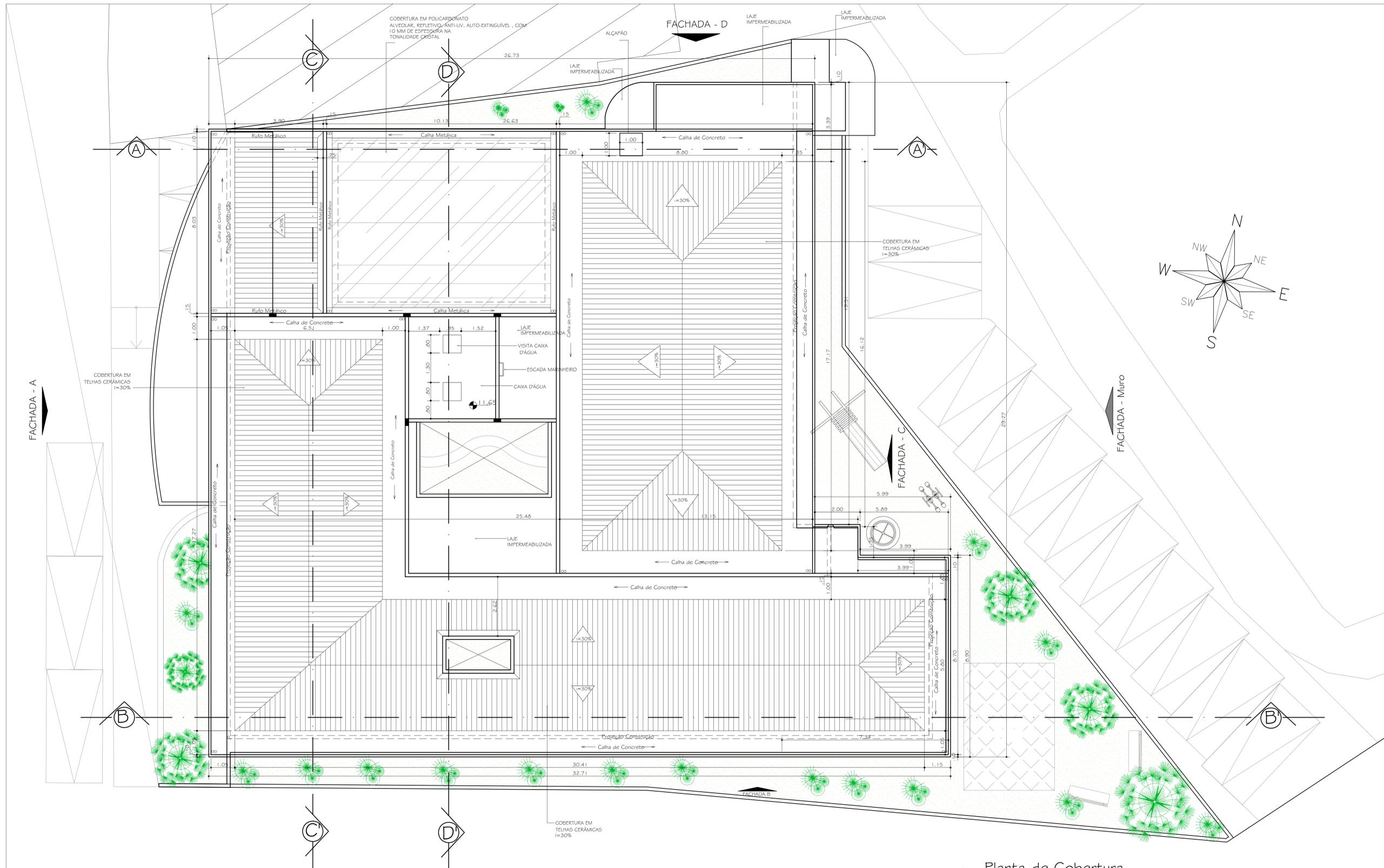
02/10



Planta-Baixa_Superior
Escala 1/75

PLT STYLES	LINE WEIGHT	COLOR
01	0.05	7
02	0.15	7
03	0.25	7
04	0.35	7
05	0.50	7
06	0.65	7
07	0.85	7

UEMA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO		
	Centro de Ciências Tecnológicas-CCT		
	Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU		
	Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto: Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Barro da Liberdade		
	Zona:	Localidade:	Data:
	São Luís-MA	10 / 12 / 2007	
Autora:	Código:		
Rosiane Bandeira Reis	200213212		
Fonte:	Atualização:	Prancha/Quant.	
Prefeitura Municipal de São Luís	da Autora		
Discriminação:	Escala:		
PLANTA-BAXA PAVIMENTO SUPERIOR	1/75		



Planta de Cobertura
Escala 1/75

PLT STYLE	LINE WEIGHT	COLOR
01	0.05	7
02	0.15	7
03	0.25	7
04	0.35	7
05	0.50	7
06	0.65	7
07	0.85	7
08	1.00	7
09	1.50	7
10	2.00	7
11	3.00	7
12	4.00	7
13	5.00	7
14	6.00	7
15	7.00	7
16	8.00	7
17	9.00	7
18	10.00	7
19	12.00	7
20	15.00	7
21	20.00	7
22	25.00	7
23	30.00	7
24	35.00	7
25	40.00	7
26	45.00	7
27	50.00	7
28	55.00	7
29	60.00	7
30	65.00	7
31	70.00	7
32	75.00	7
33	80.00	7
34	85.00	7
35	90.00	7
36	95.00	7
37	100.00	7
38	105.00	7
39	110.00	7
40	115.00	7
41	120.00	7
42	125.00	7
43	130.00	7
44	135.00	7
45	140.00	7
46	145.00	7
47	150.00	7
48	155.00	7
49	160.00	7
50	165.00	7
51	170.00	7
52	175.00	7
53	180.00	7
54	185.00	7
55	190.00	7
56	195.00	7
57	200.00	7
58	205.00	7
59	210.00	7
60	215.00	7
61	220.00	7
62	225.00	7
63	230.00	7
64	235.00	7
65	240.00	7
66	245.00	7
67	250.00	7
68	255.00	7
69	260.00	7
70	265.00	7
71	270.00	7
72	275.00	7
73	280.00	7
74	285.00	7
75	290.00	7
76	295.00	7
77	300.00	7
78	305.00	7
79	310.00	7
80	315.00	7
81	320.00	7
82	325.00	7
83	330.00	7
84	335.00	7
85	340.00	7
86	345.00	7
87	350.00	7
88	355.00	7
89	360.00	7
90	365.00	7
91	370.00	7
92	375.00	7
93	380.00	7
94	385.00	7
95	390.00	7
96	395.00	7
97	400.00	7
98	405.00	7
99	410.00	7
100	415.00	7

UEMA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO		
	Centro de Ciências Tecnológicas-CCT		
	Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU		
	Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto:		
	Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade		
Zona:	Localidade:	Data:	
Zona de Interesse Social I - ZIS1	São Luís-MA	10 / 12 / 2007	
Autora:	Código:		
Rosiane Bandeira Reis	200213212		
Fonte:	Atualização:	Prancha/Quant.	
Prefeitura Municipal de São Luís	da Autora		
Discriminação:	Escala:		
PLANTA DE COBERTURA	1/75		
		04/10	



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
AMBIENTES	□ (PISO)	△ (PAREDE)	○ (TETO)
Hall de Entrada Hall de Circulação Hall dos WC's Alunos	Piso vinílico em placas de 35cm x 35cm, com 2,6 mm de espessura na cor azul claro.	Paredes até a altura de 1,20m revestidas com cerâmica 5x5cm, misturadas nas cores azul escuro e branca. Acima de 1,20m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor areia.	Ferro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Hall Serviço	Cerâmica branca 30x30 cm	Revestimento cerâmico 15x15 cm até altura de 1,80, acima pintura Acrílica Lavável cor areia.	Ferro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Secretaria, Almoxarifado, Arquivo morto, Diretoria, Coord. Pedagógica, Sala de Reuniões, Sala dos Educadores Ed. Infantil.	Piso vinílico em placas de 35cm x 35cm, com 2,6 mm de espessura na cor azul claro.	Pintura PVA acetinada na cor areia.	Ferro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Salas de Atividades Maternal I e II, Pré-Escolar I e II	Piso vinílico em placas de 35cm x 35cm, com 2,6 mm de espessura na cor bege.	Paredes até a altura de 1,20m revestidas com cerâmica branca de 5 x 5 cm, Acima de 1,20 m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor verde claro.	Ferro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Refetório	Piso vinílico em placas de 35cm x 35cm, com 2,6 mm de espessura na cor amarelo claro.	Paredes até a altura de 1,20m revestidas com cerâmica 5 x 5 cm, misturadas nas cores laranja e branca. Acima de 1,20 m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor areia.	Ferro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Cozinha, Copa/Distribuição, Despensa, Tragem, Apoio Serviço e DML	Cerâmica branca 30x30 cm	Revestimento cerâmico 15x15 cm	Ferro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
WC's Serviço, Funcionários, PFNE e Público	Cerâmica branca 30x30 cm	Revestimento cerâmico 15x15 cm	Ferro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
WC's Alunos	Cerâmica branca 30x30 cm	Revestimento cerâmico 5 x 5 cm misturado nas cores azul claro e branco.	Ferro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Rampa	Piso Emborrachado de encaixe na cor azul escuro, antiderrapante	Paredes até a altura de 1,20m revestidas com cerâmica branca de 5 x 5 cm, Acima de 1,20 m pintadas com tinta PVA acetinada na cor areia	Teto em Policarbonato Alveolar, refletivo, anti-UV, auto-extinguível, com 10 mm de espessura na tonalidade cristal
Pátio	Piso em concreto estampado na cor vermelha	---	---
Calçadas	Piso em concreto estampado na cor bege	---	---
Calçadas	Piso em blocos de concreto natural	---	---
Depósito de lixo	Cerâmica branca 30x30 cm	Revestimento cerâmico 15x15 cm	Laje pintada com tinta acrílica na cor branca

Layout Pavimento Térreo
Escala 1/100

PLT STYLES	LINE WEIGHT	COLOR
01	0.00	7
02	0.15	7
03	0.25	7
04	0.35	7
05	0.00	7
06	0.40	7
07	0.45	7

DEMOS LAYERS 0.00 USE OBJECT COLOR

UEMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Tecnológicas-CCT
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU

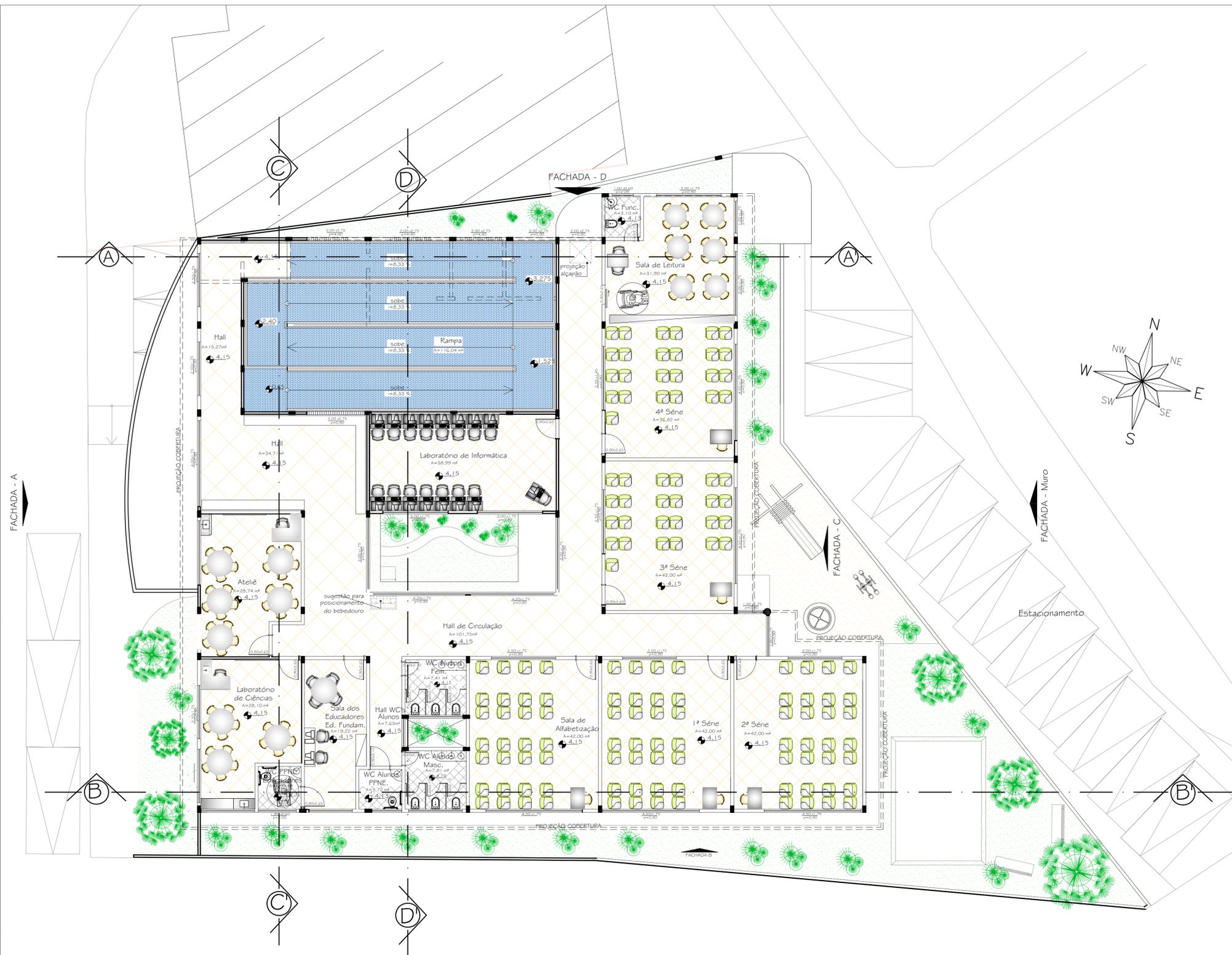
Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto:
Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

Zona: _____ Localidade: São Luís-MA Data: 10 / 12 / 2007

Autora: Rosiane Bandeira Reis Código: 2002 | 3212

Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís Atualização: da Autora Prancha/Quant.: 05/10

Discriminação: LAYOUT PAVIMENTO TÉRREO Escala: 1/100



QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES			
AMBIENTES	□ (PISO)	△ (PAREDE)	○ (TETO)
Hall de Circulação	Piso vinílico em placas de 35cm x 35cm, com 2,6 mm de espessura na cor azul claro.	Paredes até a altura de 1,20 revestidas com cerâmica 5x5cm, mistadas nas cores azul escuro e branca. Acima de 1,20 m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor areia.	Fôrro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Ateliê	Cerâmica branca 30x30 cm	Paredes até a altura de 1,20 revestidas com cerâmica 5 x 5 cm, mistadas nas cores vermelho e branca. Acima de 1,20 m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor areia.	Fôrro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Laboratório de Ciências	Cerâmica branca 30x30 cm	Paredes até a altura de 1,20 revestidas com cerâmica 5 x 5 cm, mistadas nas cores verde e branca. Acima de 1,20 m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor areia.	Fôrro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Laboratório de Informática	Cerâmica branca 30x30 cm	Paredes até a altura de 1,20 revestidas com cerâmica 5 x 5 cm, mistadas nas cores azul e branca. Acima de 1,20 m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor areia.	Fôrro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Sala de Leitura	Piso vinílico em placas de 35cm x 35cm, com 2,6 mm de espessura na cor bege.	Paredes até a altura de 1,20 revestidas com cerâmica 5 x 5 cm, mistadas nas cores azul e branca. Acima de 1,20 m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor areia.	Fôrro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Salas de Atividades da Alfabetização à 4ª Série	Piso vinílico em placas de 35cm x 35cm, com 2,6 mm de espessura na cor bege.	Paredes até a altura de 1,20 revestidas com cerâmica 5x5cm, mistadas nas cores verde e branca. Acima de 1,20m pintadas com tinta acrílica acetinada lavável na cor verde claro.	Fôrro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
Sala dos Educadores do Ensino Fundamental	Piso vinílico em placas de 35cm x 35cm, com 2,6 mm de espessura na cor azul claro.	Pintura PVA acetinada na cor areia.	Fôrro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm
WC's Serviço, Educadores, Funcionários e alunos	Cerâmica branca 30x30 cm	Revestimento cerâmico 15x15 cm	Fôrro PVC TWB auto-extinguível em lâminas brancas de 10 x 200mm

Layout_ Pavimento Superior
Escala 1/100

PLIN STYLES	LINE WEIGHT	COLOR
01	0.00	7
02	0.15	7
03	0.25	7
04	0.35	7
05	0.50	7
06	0.65	7
07	0.45	7

DEMAND LAYERS 0.00 USE OBJECT COLOR

UEMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Tecnológicas-CCT
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU

Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto:
Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

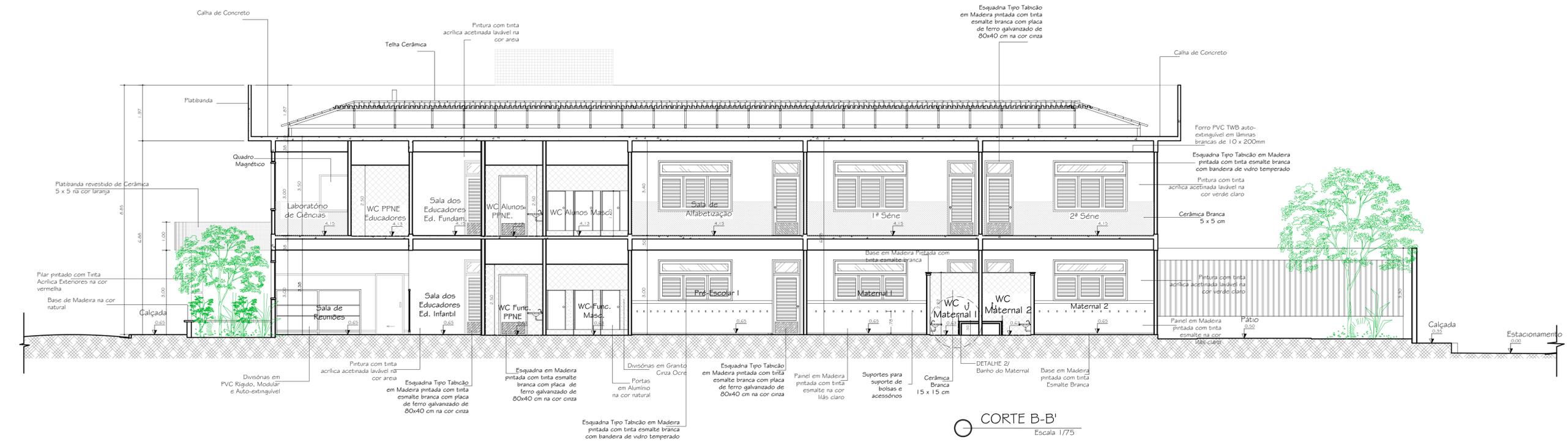
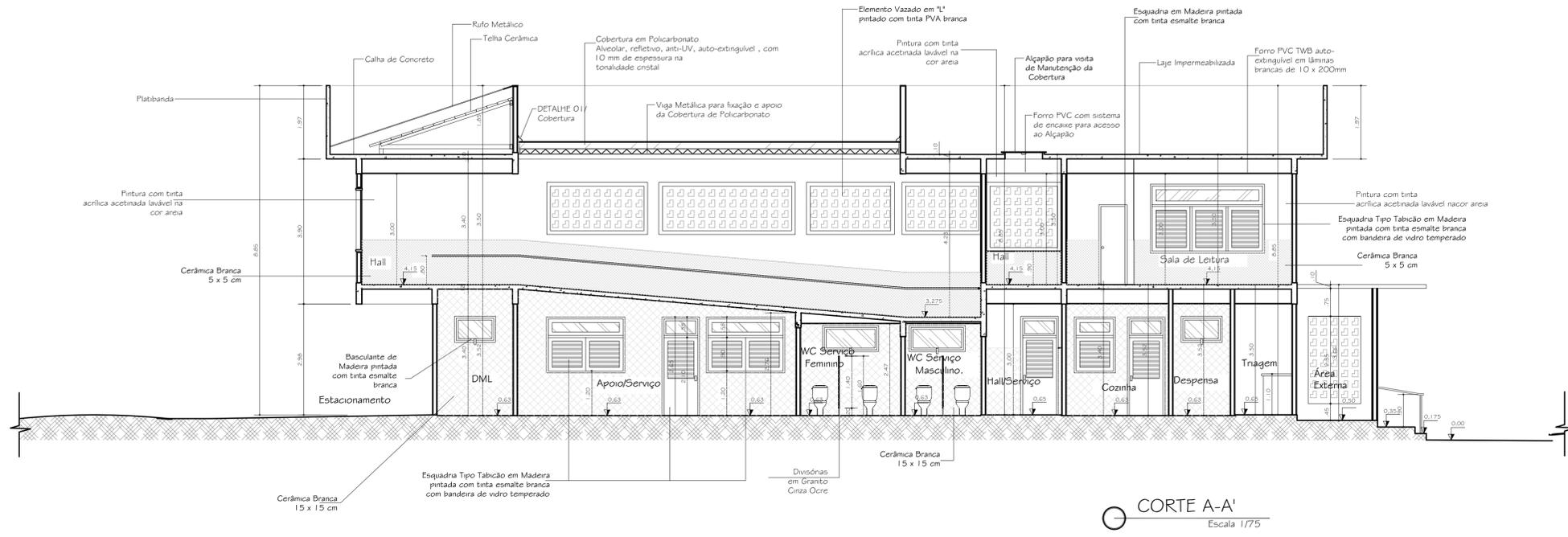
Zona: _____ Localidade: São Luís-MA Data: 10 / 12 / 2007

Autora: Rosiane Bandeira Reis Código: 200213212

Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís Atualização: da Autora

Discriminação: LAYOUT PAVIMENTO SUPERIOR Escala: 1/100

06/10



PLT STYLES	LINE WEIGHT	COLOR
01	0.00	7
02	0.15	7
03	0.25	7
04	0.35	7
05	0.00	7
06	0.40	7
07	0.45	7

DEWAS LAYERS: 0.00 USE OBJECT COLOR

UEMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Tecnológicas-CCT
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU

Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto:
Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

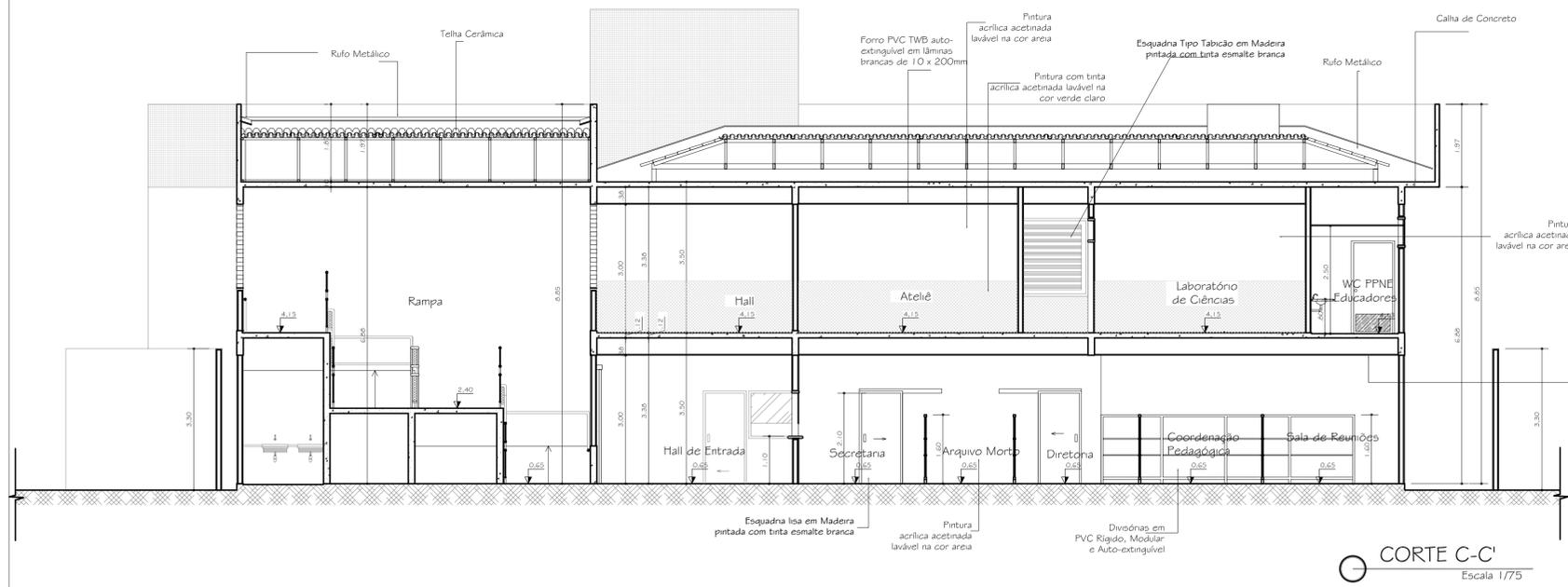
Zona: _____ Localidade: _____ Data: _____
Zona de Interesse Social I - ZIS1 São Luís-MA 10 / 12 / 2007

Autora: _____ Código: _____
Rosiane Bandeira Reis 200213212

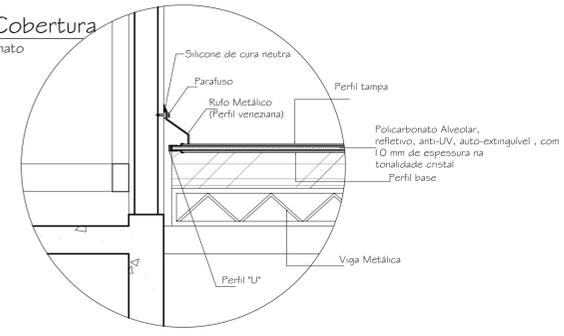
Fonte: _____ Atualização: _____ Francha/Quant. _____
Prefeitura Municipal de São Luís da Autora

Discriminação: _____ Escala: _____ 07/10

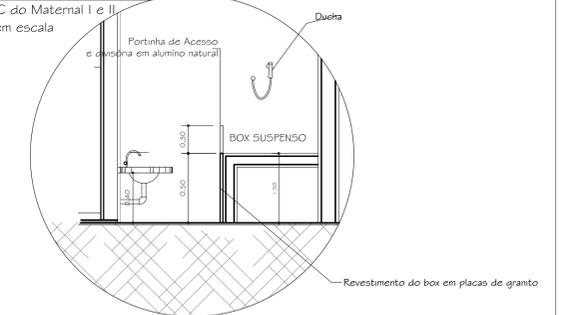
CORTES AA' E BB' 1/75



DETALHE O1/Cobertura
Cobertura de Policarbonato
Sem escala

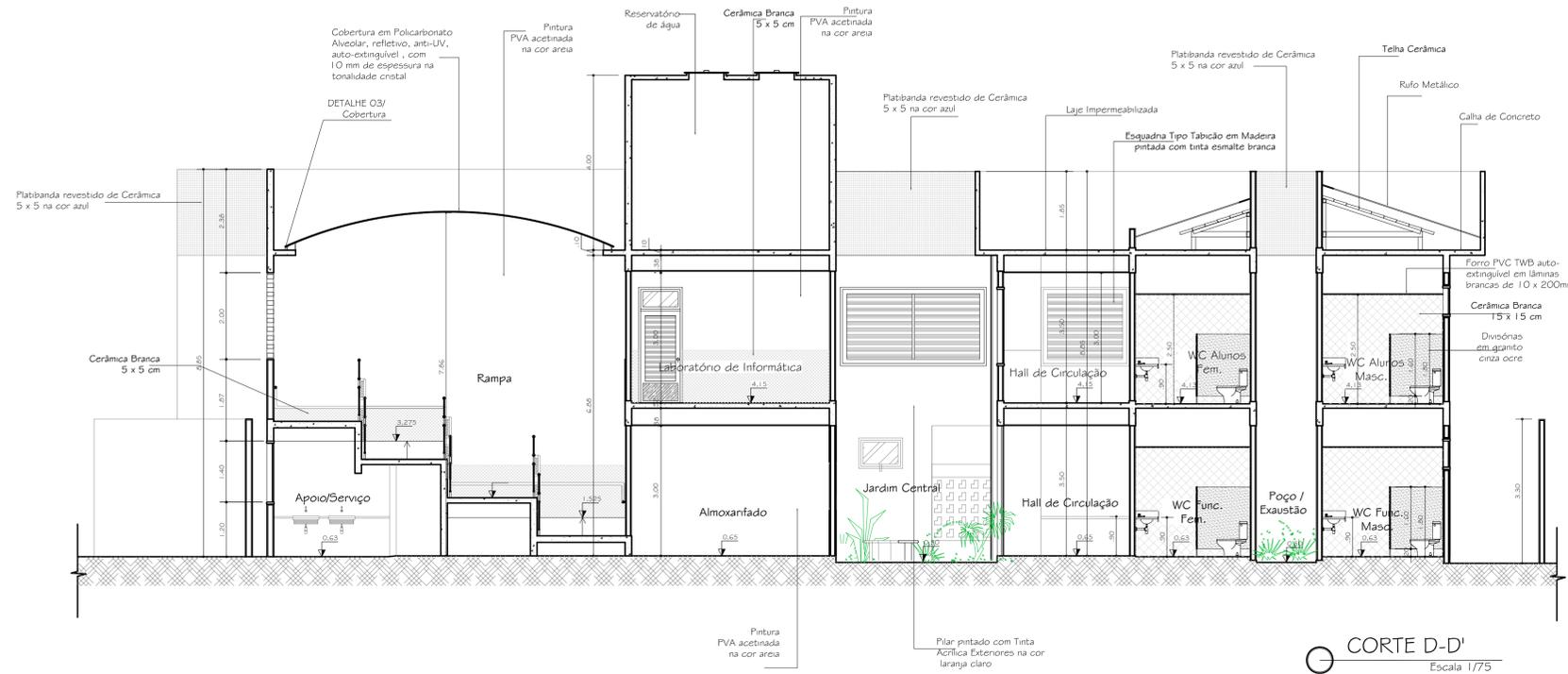
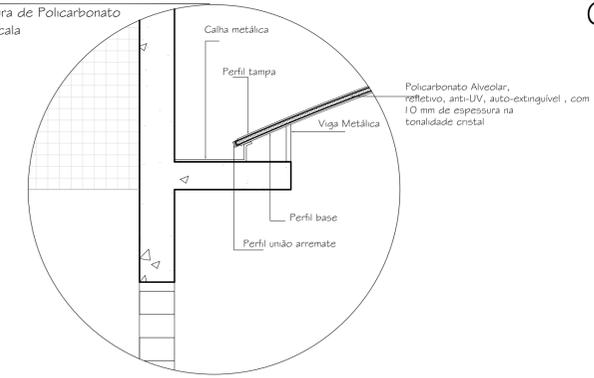


DETALHE O2/Banho do Maternal
WC do Maternal I e II
Sem escala



Obs.: Conservar as mesmas medidas e especificações para os banheiros do pré-escolar I e II, com exceção da altura da bancada para pia, que é de 0,50 m.

DETALHE O3/Cobertura
Cobertura de Policarbonato
Sem escala



DIAGRAMAS	LINE WEIGHT	COLOR
01	0.00	7
02	0.15	7
03	0.25	7
04	0.35	7
05	0.50	7
06	0.45	7
07	0.45	7

UEMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Tecnológicas-CCT
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU

Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto:
Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

Zona: _____ Localidade: São Luís-MA Data: 10 / 12 / 2007

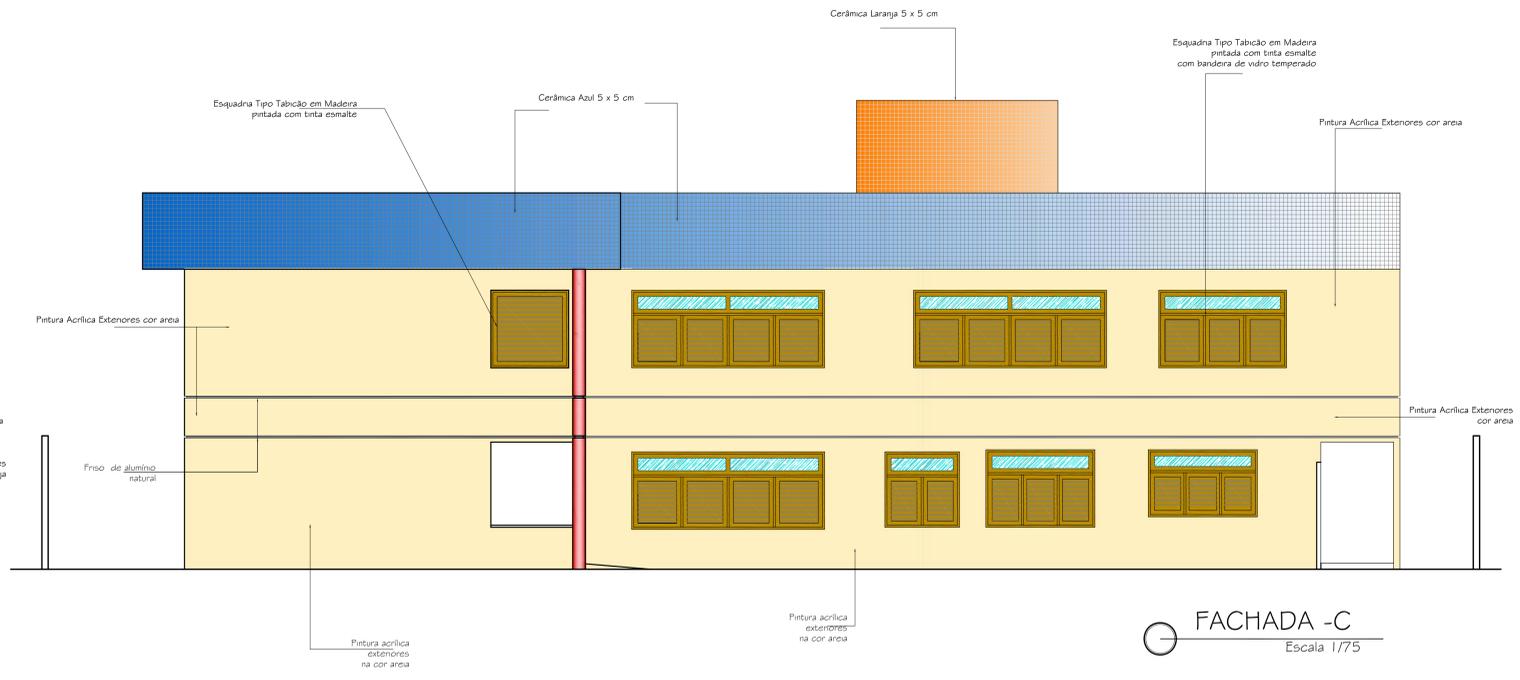
Autora: Rosiane Bandeira Reis Código: 200213212

Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís Atualização: da Autora Francha/Quant. 08/10

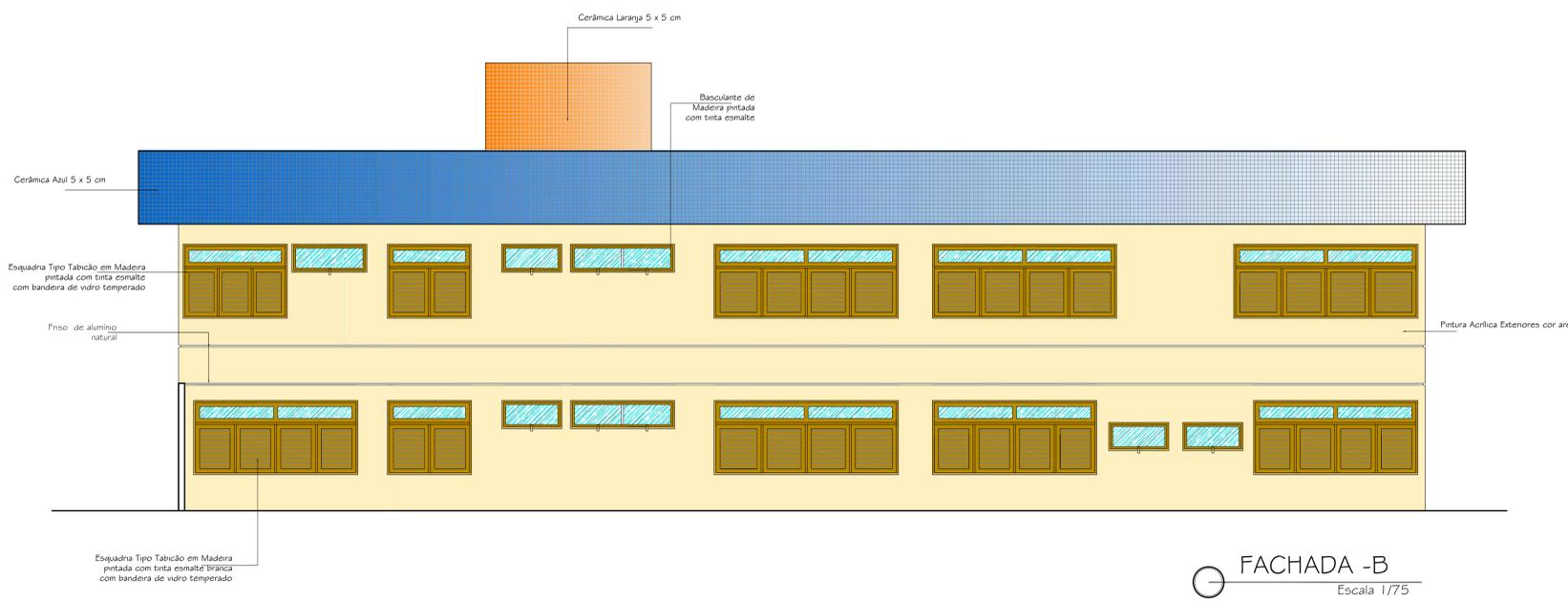
Discriminação: CORTES E DETALHES Escala: 1/75



FACHADA -A
Escala 1/75



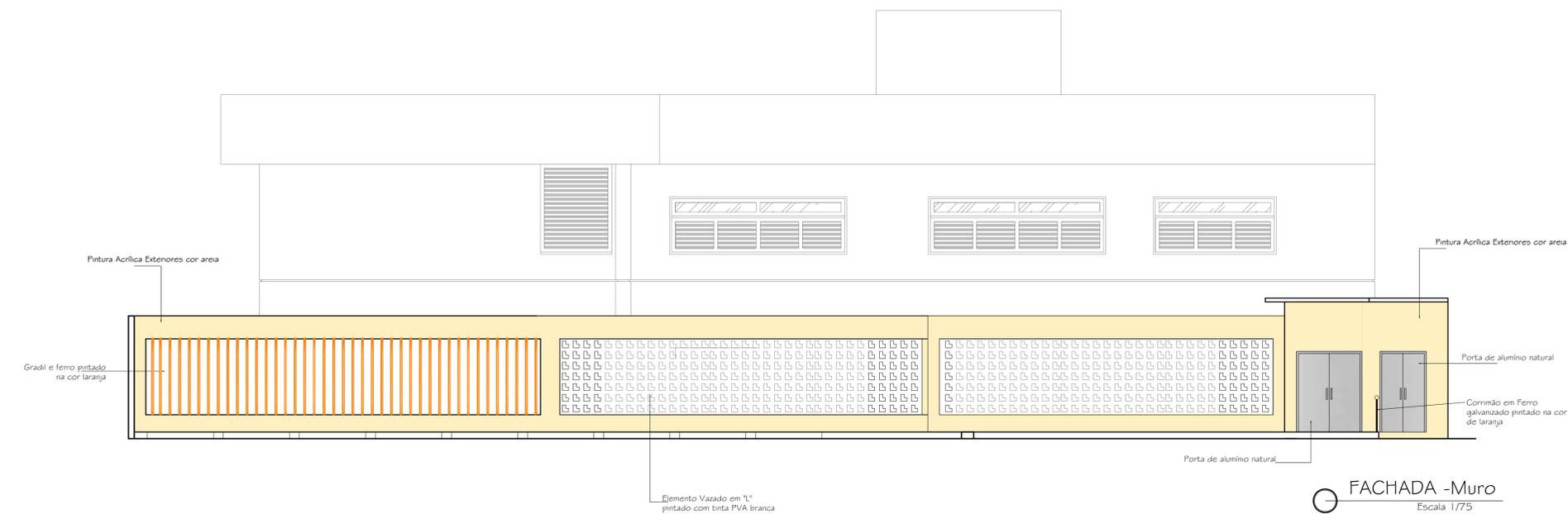
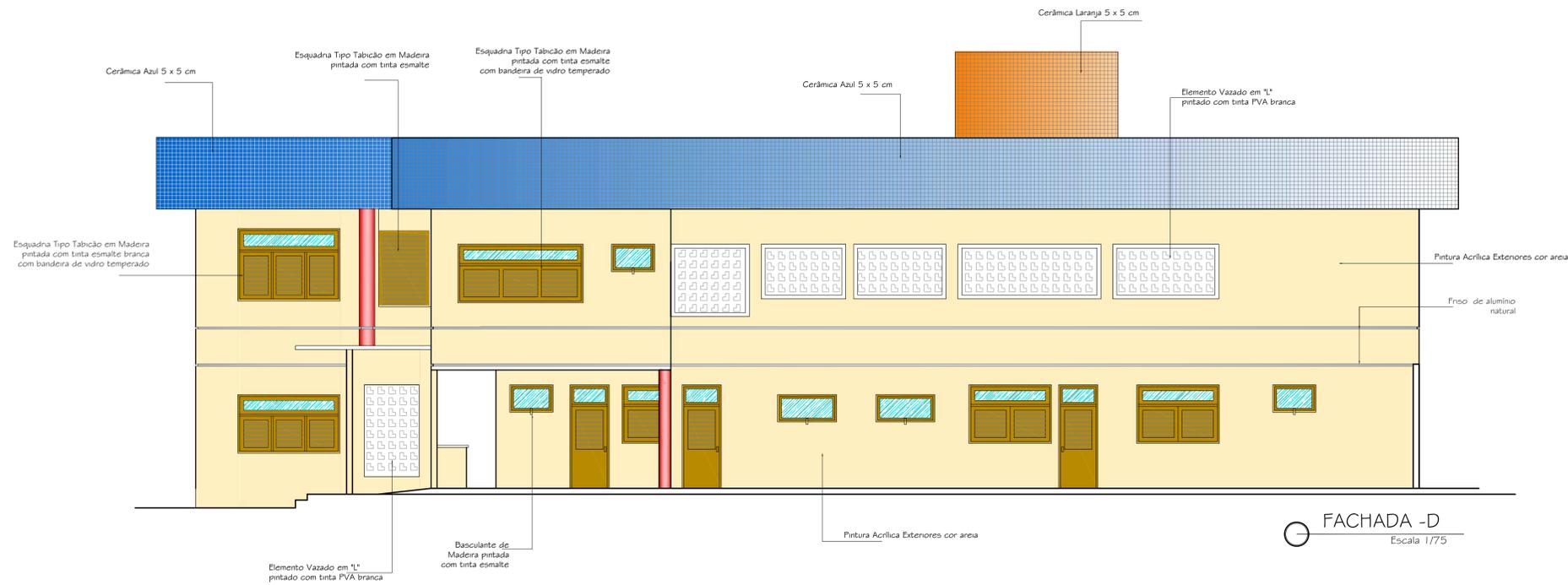
FACHADA -C
Escala 1/75



FACHADA -B
Escala 1/75

PLT STYLES	LINE HEIGHT	COLOR
01	0.00	F
02	0.10	F
03	0.25	F
04	0.35	F
05	0.50	F
06	0.40	F
07	0.40	F
FRAME LAYERS	0.00	USE OBJECT COLOR

UEMA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO		
	Centro de Ciências Tecnológicas-CCT Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU		
	Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto: Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade		
	Zona:	Localidade:	Data:
	Zona de Interesse Social I - ZIS I	São Luís-MA	10 / 12 / 2007
Autora:	Código:		
Rosiane Bandeira Reis	200213212		
Fonte:	Atualização:	Prancha/Quant.	
Prefeitura Municipal de São Luís	da Autora	09/10	
Discriminação:	Escala:		
FACHADAS	1/75		



PLDT STYLES	LINE WEIGHT	COLOR
01	0.00	7
02	0.15	7
03	0.25	7
04	0.35	7
05	0.00	7
06	0.45	7
07	0.45	7
DEFINIS LAYERS	0.00	USE OBJECT COLOR

UEMA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Tecnológicas-CCT
Curso de Arquitetura e Urbanismo - CAU

Trabalho Final de Graduação/Anteprojeto:
Creche-Escola: A Inclusão Social através da Educação no Bairro da Liberdade

Zona: _____ Localidade: _____ Data: _____
Zona de Interesse Social I - ZIS1 São Luís-MA 10 / 12 / 2007

Autora: _____ Código: _____
Rosiane Bandeira Reis 200213212

Fonte: _____ Atualização: _____ Francha/Quant. _____
Prefeitura Municipal de São Luís da Autora

Discriminação: _____ Escala: _____
FACHADAS 1/75